



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
COPTC	
N.º Útil:	361848
Entreda/Saida n.º	143
Data:	18/06/2010

Assembleia da República - Divisão de
Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado -
Divisão de Apoio às Comissões
Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Largo das Cortes - Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Sua referência

Sua Comunicação de
2010-05-31

Nossa Referência
AM_Saida/2010/33

Data
09-06-2010

Assunto: Petição n.º 26/XI/1.a

Na sequência do solicitado por V. Exa. informo que os valores das Taxas das Portagens a cobrar pela utilização da Via Municipal (A21), que liga a Vila da Ericeira à Venda do Pinheiro (nó de ligação - A8), foram aprovados por esta Assembleia Municipal, nas sessões realizadas em 30 de Junho de 2003 e 28 de Dezembro de 2004.

Encontro-me ao dispor para prestar os esclarecimentos que V. Exa. entenda por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,
Atentamente

O Presidente da Assembleia Municipal

(Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Dr.)



Assembleia Municipal

PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: assembleia@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

ACTA 3/2003

-- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e três, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) actualização da tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal; 3) fixação da taxa de utilização da via municipal; 4) a sétima modificação dos documentos provisionais para o ano de dois mil e três, primeira revisão; 5) normas de funcionamento dos serviços de refeições da Escola B.1 Hélia Correia; 6) as normas de funcionamento da componente de apoio à família nos jardins de infância. -----

-- A mesa começou por proceder à verificação das presenças, através do seu Secretário, Luís Alves. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão quando passavam vinte minutos das vinte e uma horas. Referiu-se à correspondência recebida pela Assembleia e deu conta de uma visita que terá feito a Palmela, acompanhado pelo Presidente da Câmara, no âmbito de uma acção desenvolvida pela Acção Nacional de Municípios. Participaram num colóquio para a apresentação da reforma fiscal, onde foi assinado o protocolo da Secretaria de Estado das Finanças com a Associação Nacional de Municípios, relativa à implementação da nova reforma da tributação do património. Abriu inscrições para os membros da Assembleia se pronunciarem sobre a acta com o número dois de dois mil e três. -----

-- O Senhor José Botelho referiu-se a "dois ou três aspectos da acta. Quanto às questões da forma já abandonei a ideia de ser mais útil no sentido de que se pudesse melhorar. Mas há um ou outro aspecto que não posso deixar passar em branco e começo pela página um, onde a certa altura se diz que o Sr. José Botelho colocou a seguinte consideração à mesa, dizendo «a meu ver é ilegal a substituição dos membros desta Assembleia nos modos em que o Sr. Presidente o tem feito, porque quando há um pedido de substituição de um mandato, por razões perfeitamente atendíveis, prevê a lei e prevê o regimento, que essa substituição só se pode fazer depois do pedido de substituição ser apreciado pela própria assembleia e não pela mesa. Na altura o Sr. Presidente creio que terá colhido a minha argumentação» e eu pergunto: em que altura? A que altura é que se referem para pôr na minha boca que: «na altura o Sr. Presidente creio que terá colhido a minha argumentação». Eu sei exactamente o contexto em que isto foi dito, só que aqui tal qual está exposto na acta isto não se percebe, não se situa no tempo, nem em nenhuma circunstância especial. Eu sei que a altura em que falei isto foi quando citei aqui a circunstância de, numa determinada ocasião, termos falado a título particular desta questão e, na altura sim, o Sr. Presidente reagiu nos modos que aqui estão escritos. Acho que a redacção deveria ter espelhado melhor esta circunstância. Na página três diz que "o Presidente da Assembleia passou à votação, o voto de saudação foi aprovado por unanimidade, enquanto a moção apresentada pelo Sr. José João foi rejeitada por quinze votos contra do Partido Social Democrata, uma abstenção e doze votos a favor do Partido Socialista". Aqui vê-se que não há rigor quanto à demonstração de como as votações são feitas. Então e o voto da Coligação Democrática Unitária? Não votou o elemento da Coligação Democrática Unitária?! Julgo que sim, que ele estava aqui presente e que votou favoravelmente à própria moção, que ele apresentou" Logo a seguir disse "o Presidente da Assembleia Municipal propôs um intervalo que foi cumprido durante sete minutos". O que aconteceu foi que o Sr. Presidente da Câmara

pediu a interrupção dos trabalhos e essa proposta foi deferida, portanto não foi uma iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia. Assim, fico-me só por estes três aspectos que não têm a ver exactamente com a forma como as coisas estão redigidas, tem que ver com outros aspectos mais importantes e mais essenciais". O Sr. Botelho terminou desta forma a sua intervenção.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal reconheceu a falta da indicação do voto do Senhor José João Costa. Posteriormente colocou a acta à votação e a mesma foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista e um dos Independentes e conta ainda com uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. Dentro do período antes da ordem do dia, abriu as inscrições.-----

-- Interveio o Senhor Ernesto Ramalheiro para referenciar uma situação que acontece na Malveira, na recta da Venda do Pinheiro, nas rotundas e nos passeios. Os comerciantes legítimos de automóveis sentem-se prejudicados com o número de carros que, especialmente ao fim de semana, se amontoam, particularmente na zona da rotunda até, nomeadamente até à casa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Venda do Pinheiro. "A informação que tenho, a que foi transmitida à Junta de Freguesia, é que são ex-comerciantes de automóveis que fecharam as suas instalações e que hoje se servem desse tipo de comércio e, se calhar, com êxito. Penso que não há postura nenhuma em relação a esta situação, mas de qualquer maneira era importante que se pensasse numa situação que salvaguardasse os interesses, nomeadamente do stand da Ford, junto à rotunda, que é uma pessoa que se sente extremamente prejudicada. Porque há duas zonas de estacionamento após o estabelecimento do senhor e estão ocupadas com veículos que são doutros stands, nomeadamente não particulares, porque estão identificadas as pessoas, os números de telefone, que quase todas as viaturas têm, são de comerciantes de automóveis. Outro ponto que gostaria de saber, se possível, era se aquele edifício que se pode identificar como os antigos Bombeiros Voluntários da Malveira está vedado como sendo uma propriedade privada, aquele espaço de estacionamento, há uma fita, tem um papel pendurado em como sendo privado. Isso já fez surgir algumas situações de reclamação. Gostava de saber se aquilo é privado ou não ou se as pessoas podem utilizar o espaço como público".-----

-- O Senhor José Botelho dirigiu-se "para colocar duas ou três questões à Câmara. Começo por me referir a um passeio, a um arruamento de acesso ao Centro de Saúde de Mafra, a poente e que está frente à zonas das consultas. O arruamento é demasiado estreito, não dá para cruzarem dois carros, numa zona que até tem bastante movimento. Quando é certo que aquele passeio confina a norte com um terreno que é pertença da Santa Casa da Misericórdia e que é um terreno devoluto. É uma instituição com quem, naturalmente, se poderia, perfeitamente, negociar a possibilidade de ali se fazer um acesso capaz para uma zona de tanto movimento e, com as características que tem, um acesso a uma zona de consultas do centro de saúde." Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara para lhe perguntar se conhecia "aquela situação e os moldes em que aquilo está feito e se equaciona a hipótese de se fazer ali as correcções, que julgo necessárias e perfeitamente possíveis. A minha convicção é que a Santa Casa da Misericórdia não suscitará quaisquer problemas e que estará sempre receptiva a um acordo que permita viabilizar uma solução capaz. Queria, também, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já há relatórios das inspecções do IGAT. Se o Presidente da Câmara poderia dar uma informação mais completa, capaz de fazer avaliar com rigor em que estado estará este aspecto. Queria, por fim, fazer um pequeno comentário ao facto de que ainda há alguns requerimentos, apresentados pelo Partido Socialista a pedir informações à Câmara, que não estão respondidos e algumas respostas que obtivemos, nomeadamente hoje e no dia

da última assembleia foram entregues exactamente antes do início dos trabalhos o que me parece uma coincidência estranha. Uma vez que o razoável era que estes documentos pudessem ter sido entregues um pouco antes, porque mediou tempo suficiente para isso, de modo a permitir que nós próprios pudéssemos ter consultado esses documentos e pudéssemos eventualmente ter alguma intervenção, que a resposta às questões colocadas pudessem eventualmente suscitar”.

-- O Senhor José João Costa apresentou um texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM.

-- O Senhor Mário Cravina proferiu a seguinte declaração “o concelho de Mafra tem, nos últimos tempos, sentido alguma projecção desportiva através de efeitos de alguns atletas, em especial, e muito especialmente, através do Desportivo de Mafra que se delegou campeão o ano passado e também este ano conseguiu uma notável proeza desportiva. Quero realçar aqui a proeza que o Ericeirense conseguiu este ano que, tendo em conta as dificuldades com que vive neste momento, conseguiu um objectivo grande que foi ser campeão júnior da segunda divisão distrital. Aqui queria realçar o extraordinário trabalho que está a ser feito ao nível das massas juvenis e infantis, um notável trabalho de desenvolvimento desportivo. Também foi campeão de seniores na primeira divisão distrital. Nesse sentido o grupo municipal desta assembleia do Partido Socialista propõe um voto de congratulação”. O qual passou a ler e que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS.

-- O Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer “dado que existem algumas perguntas à Câmara Municipal dou a palavra ao Presidente da Câmara para responder”.

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, começou por se referir ao “problema dos carros” dizendo “é um problema e nós estamos a tentar resolver. Mas é complicado, para não dizer que é impossível, quando eles põem lá «trata fulano tal», não prova que estão a vender absolutamente nada. Se eu puser lá o «vende-se» aí é outra coisa, mas se puser o «trata telefone número tal», aí não se pode fazer nada. A não ser limitação de estacionamento nos sítios de grande conflito. Em Mafra, frente à tasca do Moinho, à saída, havia indivíduos que vinham de Lisboa, colocar carros e faziam daquilo stand e punham lá o «trata». Trata o quê? A venda do carro? Tem que haver algum regulamento nessa área. Aqui, à entrada de Mafra, por exemplo, aos sábados e domingos, normalmente, não existe nada. No lado direito, durante os dias de semana, toda a gente que quer vender carros põe-os ali, mas lá está sempre o «trata». Fruto também da utilização abusiva, por exemplo, aqui em Mafra, deste lote de terreno urbano, que faz parte de um loteamento para construção e cujo fim está a ser alterado. Estão a utilizar aquilo como um estacionamento de estacionamento automóvel, podemos pegar por aí. Temos tido alguma dificuldade em intervir, porque a habilidade e a imaginação não tem limites e, nessa matéria, não conseguimos intersectá-los, a não ser que eles ponham lá «vende-se», mas já deixaram de fazer isso. Mas o que não quer dizer que não seja um problema, uma preocupação, para além de tudo mais ocupam o espaço que devia ser para os utilizadores dos prédios. Arruamento a ponte: negociar com a Santa Casa da Misericórdia é complicado e mais uma razão para a Santa Casa da Misericórdia rever a sua posição sobre o seu património abandonado. Tem que haver continuidade no perfil transversal de uma rua. A melhor solução para esse arruamento é sinalizá-lo como via de sentido único, porque aquilo tinha um efeito de circulação. Aliás estamos a fazer um estudo de trânsito para aquela zona toda. Relatório das inspecções: quando houver informação será comunicado à Assembleia. O IGAT neste momento apresentou um relatório provisório, e nós exercemos o direito de resposta consignado na lei. Foi feito o contraditório em termos de resposta e estamos a

aguardar o relatório definitivo para ser comunicado ao Presidente da Assembleia Municipal, directamente pelo IGAT. É o que tem acontecido em todas as inspecções. Quando falou das inspecções referia-se só a essa, uma vez que a inspecção geral de finanças ainda se encontra em decurso. O Porto da Ericeira aquilo é uma antecipação. Nas últimas marés vivas houve uma derrocada e a destruição dos restos daquilo que era já o precário porto de abrigo. Entretanto o INAG elaborou um projecto de recuperação, uma intervenção rápida. São aquelas intervenções que vão consumindo dinheiro ao longo dos tempos e nunca resolvem nada de fundo, mas vão remendando Verão após Verão. Com esta história já se tem gasto dezenas de milhares de contos, sem nenhuma intervenção de fundo. Mas devo lembrar que está a ser feito o Plano Director do porto da Ericeira que aponta para uma solução de projecto definitiva e que depois será implementada. O que está para iniciar é a estabilização da falésia da praia do Algodio, que vai desde o clube naval até à praia de S. Sebastião. Essa é uma empreitada que está para arrancar, embora esta não seja a melhor altura. Mas, segundo os técnicos especialistas na matéria, nomeadamente o INAG, há algum perigo de derrocada de algumas partes daquela falésia. Portanto, pontualmente terá de ser feita uma intervenção qualquer e começar desde já, uma vez que o Inverno pode prejudicar. Depois fala-se da linha do oeste, caminho de ferro, falou-se em tempos na electrificação da linha, depois num metro de superfície rápido entre Torres e Lisboa, mas a Câmara oficialmente não sabe de absolutamente nada. A questão dos Resíduos Sólidos Urbanos: sobre esta matéria os quatro presidentes de Câmara tiveram uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente na qual este foi confrontado com a situação grave do aterro de Trajouce, que está ultrapassado no tempo e fisicamente. Portanto, tem de ser encontrada uma solução. Julgo que essa solução já foi encontrada, na medida em que havia alguma resistência por parte da Câmara de Loures, que exercia o seu direito de veto sobre um acolhimento de resíduos urbanos proveniente de algum município, que não aqueles que constituem a ValorSul. Esse direito de veto está consignado nos estatutos daquela empresa. A situação é bastante grave e o Secretário de Estado e, através do Ministério, em contactos e negociações com o Presidente e o executivo da Câmara de Loures, também da Amadora encontraram uma solução. A solução tem a ver com, como já disse aqui, existem dois fornos de cremação, de valorização energética, em Loures. Que para os quais obteram uma optimização máxima desse potencial instalado, a Câmara Municipal de Loures ou a ValorSul querem sessenta mil toneladas de resíduos a mais, isto é, a capacidade daqueles fornos ainda atingem sessenta mil toneladas, depois de trilhados. Entretanto, por parte da comunidade há alguma relutância, relativamente a qualquer situação de valorização energética. Sendo que está resolvida essa questão das sessenta mil toneladas e estamos a falar de um total de trezentas e cinquenta mil toneladas por ano. Sessenta mil iriam para a ValorSul, outras sessenta mil iriam para a AmarSul, que foi agora celebrado o protocolo, para receber provisoriamente esse restante lixo. Eventualmente com o biodigestor que está a ser instalado na Amadora, onde há um aproveitamento dos resíduos para produção de gás. Este é um outro tipo de tratamento onde não há queima de resíduos, há um aproveitamento do gás. Perguntar-se-á para onde é que vai o resto? É isso que estamos a negociar com os quatro municípios e apresentámos uma proposta ao Secretário de Estado para vir para o antigo aterro municipal em Mafra. Já não é a situação da queima. Este projecto do biodigestor foi muito elogiado pela Quercus, porque é o mais amigo de todos do ambiente, em termos de qualquer noção de poluição. Aceitamos, em princípio, negociar pois ainda vai haver uma reunião com os presidentes dos quatro municípios para afinar pormenores. Visa-se partilhar os problemas, encontrando as melhores soluções para o conjunto da população e da região onde estamos inseridos. Nós não podemos estar a querer da área

metropolitana um conjunto de vantagens e depois quando se toca a situações isso é com os outros. É connosco também, embora, Mafra represente, neste momento, em termos de produção de resíduos sólidos urbanos, cerca de oito ou nove por cento do total dos resíduos. Portanto, irá ser instalado um biodigestor anaeróbico na Abrunheira. Claro, que terá de haver algumas contrapartidas e é isso que na próxima Sexta-feira que, com os meus três colegas, vamos tentar encontrar um acordo. Se não houver acordo, não há aterro. Entendo que esta solução, que é um projecto que custa catorze milhões de contos, seis dos quais estão comprometidos em termos da secretaria de Estado do Ambiente, através de um programa comunitário para o efeito. Os outros terão que ser através dos municípios ou de um *project finance*, para tentar encontrar solução para esta matéria. De qualquer forma, é um problema, tal como o tratamento das águas residuais, o tratamento do lixo é um dos problemas mais deprimentes. Todos reclamam de melhor ambiente, mais ambiente, mas quando se trata de ajudar a encontrar soluções, há uma indiferença no modo como as pessoas tratam as questões do lixo, não respeitam os horários de funcionamento, não fazem a selecção para reciclar. É difícil implementarmos uma recolha eficaz se os cidadãos não ajudarem. A Câmara sozinha não faz nada. A Ecoambiente não consegue, a não ser com medidas coercivas. Isso tem a ver com a aplicação das coimas que temos no nosso regulamento e que não são tão leves quanto isso. Estava a ver se evitava, mas de qualquer forma este ano vou experimentar numa aldeia qualquer, para ver se as pessoas têm sensibilidade".-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor José João Costa.-----

-- O Senhor José João Costa referiu "sem querer ser cáustico, mas não posso deixar de passar em branco. Quem o ouve falar não o leva preso. Só para o recordar que aquando da constituição da AMTRES os municípios foram convidados a fazer parte da VALORSUL. Um projecto com pés e cabeças que está provado, porque a AMTRES agora vai socorrer-se da VALORSUL para solucionar os seus problemas. Isto é só para que efectivamente o tal que eu vou falar não o leva preso. Mas convém que os membros desta Assembleia sejam esclarecidos do porquê das situações".-----

-- O Presidente da Câmara Municipal invocando o direito de resposta disse "procuro esclarecer com o máximo de transparência tudo o que é digno de registo. Vou lembrando que o senhor incomodou-se por o voto agora favorável ter sido do Partido Socialista na Amadora e dantes era a Coligação Democrática Unitária que não deixava. O Demétrio Alves esteve há pouco tempo no meu gabinete. Este, enquanto presidente da Câmara de Loures, não deixou, usando o direito de veto, na aceitação dos resíduos, mudou-se para o Conselho de administração da EDP, na VALORSUL, o negócio da EDP que é valorização para haver mais dinheiro, mais energia mais dividendos. Veio ao meu gabinete perguntar se eu procurava influenciar, em certa medida, os meus parceiros para ver se a AMTRES ia para a VALORSUL. Vejam como é que o mesmo personagem tem duas atitudes, com alguns meses de diferença. O problema não é isso, é que cada forno crematório carece cerca de duzentas mil toneladas por ano, para otimizar estes três fornos precisam só de sessenta mil toneladas de resíduos, para mais precisavam de um quarto de forno que teria de ser financiado pela União Europeia. Todavia, a União Europeia já não financia processos para incineração, mas para valorização energética. Aceitaram de certa medida que fosse criada uma outra solução. Por outro lado, convém também dizer o seguinte: é que o problema é o aterro para os detritos provenientes da tal valorização energética. São detritos perfeitamente inócuos, não poluentes, o problema é da área. A solução da VALORSUL, neste momento, não serve os interesses também da AMTRES, pela sua capacidade. Por outro lado, há uma deslocação destes cinco concelhos, que constituem a VALORSUL para o litoral. Portanto, vai haver inevitavelmente um aumento natural e de população, logo mais

resíduos. Como se viu as trezentas e cinquenta mil toneladas para um forno de duzentas mil não resolvem o problema. Porque este problema dos lixos, é que na altura e, se calhar, a AMTRES também errou nisso é que não viu à distância. A distância para mim são vinte anos, no mínimo, e quando entrei nesta proposta de solução disponibilizei-me para estudar e analisar. Quero o problema resolvido pelo menos para vinte anos. Isto para que não haja, na próxima geração de autarcas, o mesmo problema. Aí de uma forma muito mais grave, porque já não há sequer fundos comunitários. Portanto, o problema da VALORSUL não era de facto uma solução e tanto que não era que eles tiveram de aceitar, mesmo com a VALORSUL, fazer um biodegestor, na Amadora. Mesmo a VALORSUL já não dá resposta, porque estamos a falar de muitos milhões de contos, quando falamos em mais um forno para incineração".-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o voto de congratulação apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista "que reporta a um voto de louvor ao Clube Desportivo União Ericeirense, atletas, técnicos dirigentes cujo esforço conduziu aqueles resultados. Portanto está à discussão este voto de congratulação".-----

-- O Senhor João Corte Real interveio de seguida "para dizer que vou votar favoravelmente este voto de louvor, mas penso que deveria chamar-se mais um voto de congratulação. Na medida em que «louvor» é mais abrangente e, apesar de até há quinze dias atrás ter sido, como responsável político de um partido no concelho de Mafra, o único a congratular-me, oficialmente e por escrito, ao Clube Desportivo União Ericeirense por terem sido campeões, fizemo-lo responsabilmente. No entanto, gostaria de alertar a que custos é que estes objectivos são atingidos. Há que ponderar o modo como a gestão dos clubes está a ser feita, muitas vezes uma gestão má, que põe em causa os próprios directores dos clubes, outros clubes vivem de mecenas. Não chega só os nossos jovens usufruírem dessa iniciativa de má gestão, para atingir objectivos é preciso estabilizar a gestão dos clubes e para que não fique aqui no ar a ideia de que está tudo bem. Efectivamente, não está tudo bem, na área desportiva estará bem, mas na área de gestão não está bem. É necessário ponderarmos isso e termos algum cuidado quando dizemos que louvamos algum clube, eu preferia congratular, mas não me oponho com esta ressalva e vou votar favoravelmente. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou à votação e o voto foi aprovado por unanimidade. Concluído o Período Antes da Ordem do Dia, passou-se a apresentar a Ordem do Dia, a qual tem seis pontos: 1) informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) actualização da tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal; 3) fixação da taxa de utilização da via municipal; 4) a sétima modificação dos documentos provisionais para o ano de dois mil e três, primeira revisão; 5) normas de funcionamento dos serviços da Escola B.1 Hélia Correia; 6) as normas de funcionamento da componente de apoio à família nos jardins de infância. Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra para prestar esclarecimentos adicionais à documentação distribuída. -----

-- O Presidente da Câmara Municipal resolve introduzir "três informações complementares. Uma delas é que dia 12 de Julho vão ser inauguradas as Juntas de Freguesia da Venda do Pinheiro e a de Cheleiros, com o Secretário de Estado de Ordenamento do Território, será uma às 17 horas e outra às 19 horas. Segundo: na próxima semana vamos ter uma reunião com a EPAL, relativa ao interceptor da Arcena/Venda do Pinheiro. O que nos vai permitir, dentro de dois anos e meio, termos para além dos vinte e quatro mil metros cúbicos de água por dia, que temos hoje, ter cerca de quarenta e seis mil metros cúbicos de água por dia. É um grande adutor, que custa cerca de cinco milhões de contos, cabendo ao município a parte desde do Vale S. Gião até à Venda do Pinheiro, isto é, desde que entra no concelho. Qualquer coisa como

seiscentos/setecentos mil contos. Portanto, vão ser negociados e apresentados os caudais mínimos e o respectivo tarifário. Já temos dois tarifários perfeitamente diferenciados, um em Lousa/Ponte de Lousa/Venda do Pinheiro e outro Alenquer/Torres Vedras/Mafra. Surge uma questão complexa: como é que nos vamos financiar para lançar uma obra de seiscentos/setecentos mil contos? Admite-se a hipótese de ser a EPAL a lançar tudo e isto ser diluído na preço da água. Vamos ver se é esta a solução ou teremos de encontrar a nível de administração central. Por fim, a outra questão é o que se passa com a Orquestra Metropolitana de Lisboa. Há uma guerra instalada na Orquestra Metropolitana. Este foi um projecto que tem oito anos, no qual a Câmara Municipal de Mafra aderiu na primeira hora. É um projecto essencialmente cultural. Desde logo os concertos têm acontecido nos claustros, nos auditórios, nas igrejas que possuem sonoridades capazes e condições de acústica mínimas, mas também nas escolas. Os maestros e os músicos iam às escolas com frequência, dar notas e acórdãos explicando o sentido da música e no fundo cativando um público ainda pouco desperto para isso. Depois há ainda as guerrilhas políticas, o maestro Miguel Graça Moura foi acusado, já no executivo do Dr. Santana Lopes, que manipulava abusivamente os dinheiros dos recursos, uma vez que faz parte do Conselho de Administração da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Foi pedida uma sindicância pelo próprio maestro e segundo o que ele me diz, pois ainda não li o relatório porque não tive acesso, há dois grupos: os grandes e os pequenos. E disse que aquilo era mentira e não se provou nada. Contudo, o que interessa é o projecto cultural. Os grandes são o Ministério da Educação, o da Cultura e a Câmara de Lisboa. A Câmara Municipal de Lisboa participa com cento e oitenta/noventa mil contos por ano, bem como os outros dois. O município de Mafra participa só com quatro mil contos por ano. De qualquer forma, com a Câmara de Mafra estão as Câmaras de Torres Vedras, Lourinha, Azambuja, Caldas da Rainha, Évora, entre outras. São um conjunto de catorze ou quinze Câmaras pequenas. Nós sempre temos participado nas Assembleias Gerais, sempre fomos convocados e ouvidos nas reuniões, sempre votámos e fomos tidos como parceiros interessantes na Assembleia Geral. Mas porque não interessava à tal maioria dos grandes, eles arranjaram uma leitura dos estatutos que diz que «você não têm direito a vir à Assembleia Geral». Claro que nos indignamos. É de referir que Sintra e Oeiras também fazem parte do grupo dos menos grandes, mas como pagam mais de cinco mil contos por ano, têm direito. O critério é: pagas votas, não pagas não votas! Entenderam, então, fazer uma Assembleia Geral para provocar uma mexida grande lá dentro, discutindo se o projecto cultural deveria continuar naqueles modos, com aquelas personagens, não sei se está em causa a substituição do Miguel Graça Moura. Com esta habilidade jurídica afastaram os pequenos participantes. Estes municípios bebiam com algum prazer aquelas gotas de cultura que porventura nos chegava e tão bem faziam a tantos. Era assim que se cultivava um público menos atento, mas muito disponível para que lhe aconteça cultura à volta. Devo dizer que o gabinete das hostilidades foi aqui no meu gabinete. Porque é um insulto pequeno, para arranjar a tal habilidade estatutária, para dizer que vocês tiveram oito anos indevidamente, então vão-se embora, porque quem decide somos nós. Chamamos a atenção do Presidente da República, do Primeiro Ministro, do Presidente da Associação Nacional de Municípios e dissemos para ter cuidado, porque o projecto da Orquestra Metropolitana de Lisboa só tem oportunidade de acontecer se os nossos cento e trinta mil contos lá chegarem. Isto é, se nós sairmos todos os grandes já não são tão grandes como isso. Nós não queremos acabar com o projecto, queremos que haja consenso e equilíbrio nas decisões. A Câmara de Mafra tem o melhor relacionamento com o Maestro Graça Moura, fazendo a apologia do homem da cultura. Está uma guerrilha estabelecida com muita pena nossa, porque

estávamos na altura de decidir o próximo plano de actividades para o ano que vem e nós procuramos corrigir algumas situações e tentamos levar mais longe. Não é este o entendimento que fazemos deste projecto cultural, como nós, os outros municípios que assinaram ou manifestaram a sua disponibilidade de contestar as atitudes. Também ainda não tenho soluções que têm a ver com a SIMTEJO. Quanto à manutenção ou não da Câmara de Lisboa na SIMTEJO. Não é indiferente no projecto estar ou não estar Lisboa, estamos a falar de um grande contribuinte em função do caudal tratado. Dado que as receitas da SIMTEJO são função do volume de metros cúbicos vezes uma taxa por metro cúbico que os municípios pagam. Portanto, o que foi pensado para resolver o problema deste conjunto de municípios, dotou-se de meios técnicos e logísticos para acudir esta situação. Agora saindo Lisboa tem-se que rever todo este projecto. O que me preocupa mais é que temos cerca de três milhões e meio de contos de investimento, nós e Vila Franca de Xira. A própria Lisboa, onde estão a ser feitos grandes investimentos na estação de Alcântara, esta não funciona, está directa ao Tejo. Foi um projecto mal concebido e agora a SIMTEJO já está a investir lá. Entretanto, a dívida da Câmara de Lisboa para com a SIMTEJO são de dezoito milhões de euros. O que é uma verba significativa. A SIMTEJO contraiu um empréstimo de cinco milhões de contos aquando da sua constituição para fazer face aos primeiros projectos, mas que têm tido algum atraso face a esta indefinição financeira por parte da Câmara de Lisboa. Mas o que me preocupa é que em dois mil e seis acabarão os fundos comunitários. Assim temos dois anos para gastar os cerca de vinte milhões de contos para a área Metropolitana, no contexto da SIMTEJO destes municípios. Portanto, alguém relacionado com o ministro do ambiente têm de se impor e o Dr. Santana Lopes ou entra ou sai. Uma vez que está em causa a credibilidade da instituição, posta em causa por quem não se decide", concluiu.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto dois, actualização da tabela de taxas da Câmara Municipal e, referiu que a actualização é de seis por cento, porque a Câmara, nos anos anteriores, não colocou renovação automática. Deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

-- O Presidente da Câmara disse "perguntar-se-á se a Câmara não andar-á em contraciclo? Isto é, numa altura em que as situações são complicadas e difíceis aumentar as taxas é estranho. Mas não, porque tínhamos na tabela de taxas que foi aprovada pela Assembleia Municipal a possibilidade de automaticamente o próprio instrumento se actualizar através da actualização em função da inflação, que se tem situado nos quatro por cento. Pensamos na revisão global da tabela, toda ela carece de alguma formulação. Contudo, enquanto não acontece, e essa terá de ser bem estudada, propõe-se à assembleia uma proposta de aumento de seis por cento".-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para este ponto.-----

-- O Senhor António Branco referiu que "para além de não haver um suporte técnico suficientemente satisfatório na nossa opinião, as razões que suporta a actualização extraordinária, julgo que a única leitura que se faz é não ter havido actualizações nos anos anteriores e haver uma taxa de inflação destes níveis para dois mil e um e dois mil e dois. Julgo que esta matéria necessitava de um tratamento mais cuidado. O Partido Socialista está na disposição de participar numa solução que seja suportada tecnicamente. Temos algumas dúvidas se algumas das taxas não são demasiado elevadas comparativamente a outras situações noutros municípios, mas de facto o estudo justificava-se. Esta proposta extraordinária, neste momento, não está suficientemente preparada em termos técnicos. Sobretudo julgo que ela dá um sinal negativo relativamente aos operadores económicos que não lhe parece satisfatório.

Portanto, julgo que foi uma iniciativa pouco suportada e na nossa opinião não satisfatória em termos de aprovação numa Assembleia Municipal". -----

-- O Senhor José João Costa leu o texto que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO TRÊS**. Acrescentou "posto isto faço minhas as palavras do meu antecessor". -

-- O Senhor José Botelho começou por dizer que "não era para intervir neste ponto, mas a intervenção do Sr. Presidente da Câmara quase que me impôs vir aqui esclarecer um aspecto que é o seguinte: quando nós abordarmos esta questão de preparação desta Assembleia Municipal, nós pensámos que a utilização das taxas de acordo com a inflação no início de cada ano estivesse ali expressa mais como um critério, pelo qual a Câmara se deveria orientar para revisão das taxas, e não tanto como uma autorização com carácter permanente para que a Câmara pudesse, sem ouvir a Assembleia, fazer a actualização das taxas. O critério que na altura pareceu maioritário e consensual era no sentido que se tratava de um critério expresso que com o qual genericamente estávamos de acordo. Mas pensando sempre que ia haver uma actualização, a Assembleia Municipal e previamente a Câmara tinham-se que debruçar sobre isso e apreciar esse facto em concreto. Não sendo esse o entendimento que o Sr. Presidente da Câmara aqui expressou, eu gostava de lhe perguntar se, feita esta revisão extraordinária agora proposta e agora em apreço, entende que a Câmara mantém a legitimidade para, no início do próximo ano, poder eventualmente fazer uma actualização das taxas, de acordo com a inflação? Gostaria de ver este assunto aclarado e especificado para que o voto de cada um pudesse ser mais consciente". -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao senhor Botelho fez a seguinte referência: "o número dois, do capítulo primeiro do regulamento diz: «as taxas previstas na tabela anexa são actualizadas ordinária e anualmente em função de índices de inflação publicados pelo Instituto Nacional de Estatística acumulados durante doze meses, contados de Novembro a Outubro inclusive, ou por outra forma a deduzir pela Câmara Municipal (...) a actualização nos termos nos números anteriores deverá ser feita até ao dia dez de Dezembro de cada ano, por deliberação da Câmara Municipal afixado nos, lugares públicos do costume, até ao dia quinze do mesmo mês para vigorar a partir do ano seguinte». A minha pergunta é se este ano já está feita a actualização do ano dois mil e um, dois mil e dois e dois mil e três e, portanto, só a trinta e um de Dezembro de dois mil e três estará a ser feita a actualização para dois mil e quatro. É essa a pergunta que o senhor está a fazer?" -----

-- O Presidente da Câmara interveio para esclarecer esta questão, "o que eu disse foi que este aumento é para compensar os três anos de não aumento que houve. Entendemos agora fazer uma actualização, o que não implica que este ano não haja mais aumentos, se entretanto não houver uma revisão global de toda a tabela de taxas. Esta actualização é para agora, sob este pretexto de três por cento e, se não acontecer a tal revisão global da tabela de taxas, só em Dezembro de dois mil e quatro é que haverá uma nova actualização que entrará em vigor em dois mil e cinco". -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou à votação sendo que este ponto foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo vinte votos do Partido Social Democrata e um voto do Partido Socialista, contando ainda com oito votos contra do Partido Socialista e um da Coligação Democrática Unitária. Imediatamente após a votação, o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto três da ordem de trabalhos, que é relativo à fixação da taxa de utilização da via municipal, para o qual deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

-- O Presidente da Câmara fez o relato daquilo que foi o processo da via municipal começando por dizer "que não vai dizer a história toda da via municipal, mas os últimos acontecimentos que levaram a MafrAtlântico, o Presidente do Conselho de

Administração e eu próprio a lançar o concurso público para a construção da Via Municipal e do Viaduto. Tive uma reunião com o Ministro Carmona Rodrigues, onde expus a problemática e todos os passos que tinham sido dados relativamente à construção e exploração. Toda a gente levanta polémica, mas cada vez se encontra menos gente com disponibilidade para fazer a estrada, que é isso que se pretende. Ao falar com o Ministro Carmona Rodrigues, a quem foi posta esta situação e das intenções futuras que tinha conseguido com o anterior ministro e com o Secretário de Estado, não se conseguiu quase nada. Tive de socorrer ao Ministro da Presidência, Dr. Morais Sarmento, para encontrar alguém que tentasse dialogar de uma forma honesta e encontrasse soluções. Comecei por dizer que a solução MafrAtlântico e construção através de uma parceria entre a Câmara e os privados foi uma solução de recurso. Portanto, agora ou encontrem outra solução ou deixem-nos prosseguir com esta. A ideia que fiquei das reuniões, que tive com o Ministro Morais Sarmento e depois com o presidente do IEP, foi de que está a ser preparado um Decreto-Lei a levar a Conselho de Ministros para uma concessão do troço entre Malveira/Mafra/Ericeira. Disse-lhes que queria ajudar a que houvesse uma antecipação do período da crise no Concelho de Mafra, com o anúncio do início da construção da estrada criando algumas expectativas de forma a dinamizar todo o investimento no concelho. Só a concessão demora cerca de um ano, tem que haver primeiro uma reunião da Assembleia da República para aprovar uma alteração ao plano rodoviário nacional e não se vai fazer uma reunião só para incluir este ponto, teria de esperar por um pacote mais global. Depois, tem-se que fazer concurso público. Este demora em média um ano. Posteriormente, o lançamento da obra em si mais fazer projecto de execução, o que significa mais meio ano. Isto atirava para final de dois mil quatro qualquer início de intervenção visível, o que quer dizer que com os dois anos e o troço seria todo ele único e com os dois anos, dois anos e meio de construção que demora o troço todo, apontaria para dois mil e seis, dois mil e sete. Como é que conseguimos aguentar três ou quatro anos com o estado calamitoso da acessibilidade à rede viária nacional? O que me preocupa é o Concelho e as situações de acessibilidade em que ele se encontra e julgo que não podemos, nem devemos esperar mais tempo, porque temos condições para executar. Apresentei o dossier ao Sr. Secretário de Estado e pedi uma entrevista para esclarecer quaisquer situações sobre a matéria. Para o pressionar, comuniquei-lhe que tinha acabado de assinar o despacho para o lançamento em concurso público da Via Municipal entre Malveira e Mafra. Disponibilizo-me a V. Ex.^ª, para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria. Sempre me foi dizendo que iria confirmar alguns prazos, o que veio a ser verdade. A estrada está lançada em termos públicos. Se houver a concessão é perfeitamente enquadrável este projecto de Mafra/Malveira na nova concessão, uma parte já fabricada outra por fabricar. Esta nossa intervenção pretende iniciar um processo que já ia longínquo. Quero envolver todo o executivo neste processo." Esclareceu, ainda, o tarifário, dizendo que "foi feita uma avaliação da validade económico-financeira, produzindo um estudo que aponta para um tarifário de cinquenta cêntimos, noventa cêntimos, um euro e quinze cêntimos e um euro e vinte cinco cêntimos, com IVA. Este tarifário só entra em vigor no primeiro dia da entrada em funcionamento. Decidiu-se já relativamente ao tarifário, porque o banco, entidade financiadora, quer saber se nós correspondemos na amortização e em função do número de veículos de acordo com uma taxa", terminando assim a sua apresentação relativa a esta matéria.

-- Nesta altura o Senhor José Botelho pediu à mesa um intervalo, que foi concedido pela mesma.

-- A sessão foi retomada passados dez minutos e teve a inscrição do Senhor José João Costa.-----

-- O Senhor José João Costa interveio para dizer "reafirmo aquilo que da nossa parte tem vindo a ser afirmado. É que venha a estrada seja quem for a fazer. Primeiro teria sido a Câmara que tomou a iniciativa, depois o Estado veio a considerar e a propor também a construção da estrada. Agora parece-me que temos outra alternativa que é metade a Câmara, metade o Estado. Tudo bem, venha a estrada seja quem for a fazer. Somente temos algumas objecções que analisamos isto no gabinete jurídico, relativamente à cobrança das taxas. Não sabemos. Em devido tempo, faremos chegar à Câmara a nossa opinião mais concisa sobre o assunto. Se a Câmara tem legalidade para cobrar estas taxas, mas é de menos importância relativa à construção da via, comprometermos a enviar à Câmara a nossa posição sobre isto, embora a posição desta assembleia hoje venha a ser no caso de aprovação. Já não é caso virgem, nós termos muitas vezes alguma posição contrária e depois virem-nos a dar razão. Ai depois cá estaremos para tratar do assunto convenientemente. No entanto, faremos chegar à Câmara a nossa posição sobre este assunto que merece um estudo mais detalhado"-----

-- O Senhor José Botelho disse "ouvi com muita atenção o Sr. Presidente da Câmara, começo por dizer que tenho muita pena que o Sr. Presidente da Câmara, em alturas anteriores, não tenha usado da mesma transparência e abertura para carrear para a Assembleia informações sobre este processo, à semelhança do que fez hoje. Porque hoje, de facto, penso que houve a intenção manifesta de dar informação concreta que nos ajudou a perceber melhor todo este processo. Sob esse ponto de vista queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que acho que é compensador para todas as partes que se utilize este tipo de atitude, de cooperação e circulação de informação, dado que todas as partes ganham com isso e o Concelho também. A segunda questão prende-se com facto de que o poder central não abdicou de construir esta via, ou se não a construir na totalidade, a dar posteriormente a concessão da totalidade da via. Portanto, a integrá-la no sistema rodoviário nacional. Isso, em certo sentido, vem dar razão às teses que o Partido Socialista sempre defendeu, que deveria ser o poder central, tal qual foi assumido no anterior governo, a dinamizar a construção desta via. O Sr. Presidente diz, com razão, que esta via é importantíssima e relativamente à qual eu penso que ninguém pode duvidar de que o Partido Socialista sempre se empenhou na sua construção e que a consideramos importante. Por conseguinte, vamos adoptar em relação a esta questão uma atitude construtiva. Embora, tenhamos algumas dúvidas sobre a legalidade ou competência dos órgãos municipais para fixação deste tipo de taxas. Tendo sido inclusivamente confrontado com pareceres contraditórios sobre esta matéria, nós optamos por assumir uma posição que vai ao encontro das teses que defendem a legitimidade das soluções que a nível da negociação da autarquia com o poder central venha mais tarde a estabelecer-se. É pena que a Câmara e o Poder Central não tenham tido, já anteriormente, capacidade para se entenderem sobre isto, porque muitas polémicas podiam ter sido evitadas e o processo poderia ter sido mais agilizado. É dentro destes princípios e no contexto destes parâmetros que iremos votar favoravelmente estas taxas, porque do ponto de vista do seu montante as consideramos ajustadas e correspondem mais ou menos àquilo sempre foi dito como sendo as taxas previsíveis a adoptar neste troço. Assim, o Partido Socialista vai votar as taxas, embora com isto não abdique de nenhuma das posições que anteriormente assumiu e que penso que foram até reforçadas com as informações que nesta altura foram carreadas pela Assembleia.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

-- O Presidente da Câmara disse que "a Câmara tem competência para cobrar uma taxa municipal de atravessamento, não lhe pode é chamar portagem - é o que diz o parecer da Procuraria Geral da República. A Câmara não pode fazer auto-estradas, mas pode fazer uma via municipal, porque não está definido na lei qual é o perfil da via. O problema da administração central é o precedente, porque pela primeira vez um município atravessou-se-lhes, tal como fizemos na concessão das águas, muito discutido e criticado, Atravessamo-nos à frente, isto tem como objectivo aproveitar as oportunidades. Só por conseguirmos aproveitar as oportunidades, temos conseguido sair do marasmo onde infelizmente muitos dos nossos municípios ainda se encontram em algumas áreas e nós já supramos positivamente essa matéria. O estado não tem dinheiro, não existe possibilidade nem interesse de fazer de outra maneira se não com dinheiro, a Câmara propõe uma solução, porque é que a Câmara não pode fazer?! Esta era a pergunta que ninguém sabia responder, toda a gente me dizia que é uma óptima solução, que é uma forma de financiar um projecto, interessante, legal. Mas cuidado e os outros? Os lobbies das auto-estradas cai, se dois municípios se juntarem, eu e o Leandro, de Torres Vedras, e fizermos uma auto-estrada entre Mafra e Torres e quem é que proíbe isso? Auto-estrada não, que não podemos. Uma via municipal principal, com uma taxa principal de atravessamento, se nós utilizamos outras infra-estruturas em termos inter municipal, como seja, por exemplo, a conduta da água, porque é que não podemos também utilizar uma via municipal? Esta é a grande questão, é o precedente como os lobbies estão instalados e outros querem aparecer e uma Câmara pôr-se a fazer uma coisa destas é uma coisa do outro mundo. O grande problema, para além do político, é o precedente. Toda a gente, neste tempo todo, tentou travar o processo. Estou confiante e tenho a garantia jurídica que me deram e com a disponibilidade do Prof. Sérvulo Correia, que nos disse se tivermos razão diga-nos, se não tivermos diga-nos também, se tiver algum problema com a administração central eu faço questão de tomar para mim esse problema e ir convosco à barra de tribunal discutir isto onde quer que seja. Portanto, com esta confiança eu só posso acreditar que as coisas estão numa legalidade total, caso contrário não fazia sentido vir a esta Assembleia pedir a fixação de uma taxa. Esta foi a habilidade e aqui é que nós usamos o conhecimento jurídico de outros que fizeram o parecer. Não lhe podemos chamar auto-estrada, porque isso está consignado na lei. Estas fazem parte do plano rodoviário nacional e só o Estado é que as pode fazer e as portagens são cobradas nas auto-estradas. Agora numa via municipal principal pode-se cobrar taxa de atravessamento, tal como cobram nos parques de estacionamento, que também é público e a Câmara pode cobrar taxas de utilização".-----

-- O Senhor José João Costa disse que tinha sido facultado o parecer do Dr. Redondo e pediu o parecer do Dr. Sérvulo Correia, que foi mencionado pelo Sr. Presidente.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou à votação. O Ponto foi aprovado por maioria, tendo vinte e nove votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata e nove do Partido Socialista e conta ainda com uma abstenção da Coligação Democrática Unitária.-----

-- O Senhor José João Costa apresentou uma declaração de voto que se traduziu no seguinte "dado que pusemos reservas à aplicação da taxa municipal sobre o atravessamento da via, abstivemo-nos relativamente a essa taxa, não à construção da via municipal".-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto com o número quatro da ordem de trabalhos, a sétima modificação dos documentos provisionais para o ano de dois mil e três, primeira revisão, e para desenvolvimento do mesmo deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

-- O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vice-presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, que referiu "relativamente a esta primeira revisão orçamental, penso que de uma forma sintética, é de mencionar três ou quatro pormenores, porque o fundamental está dito e bem vincado no documento que foi distribuído. Tem a ver com a introdução do saldo da gerência de dois mil e dois. Depois, face aos documentos que foram também distribuídos, reflectem de uma forma directa aquilo que se pretende em termos da revisão orçamental. Esse valor, como já foi referido anteriormente, ronda os seis milhões de euros e tem inscrições nas várias rubricas que também estão definidas, salientando como novas rubricas, no objectivo funções gerais, a criação da rubrica que tem a ver com a aquisição de terrenos, uma vez que diversos equipamentos que vão sendo necessários e há sempre aqueles acertos, de alargamento de caminhos, aquisições de pequenas parcelas, ou seja, tudo aquilo que tem a ver com os terrenos que são necessários para as obras municipais. Há também a criação do ensino não superior, na rubrica dedicada à construção da pré-primária, do Quintal, que não foi contemplada e que agora passa a estar contemplada com esta revisão. Isto é, este edifício anteriormente era uma escola primária, vai-se agora fazer uma transformação para uma escola pré-primária. Há ainda alguns objectivos na parte de reforço, nomeadamente no PER da Malveira, pelos arranjos exteriores que aconteceram e às revisões dos preços. Há ainda a criação da rubrica do parque de estacionamento da cadeia. Ainda na área do saneamento, outras rubricas que têm a ver com situações distintas, que posso salientar uma Achada/Caeiros, que já avançou e que está neste momento em execução e outra que está em estudo. Pensamos avançar este ano ainda, nomeadamente naquilo que tem a ver com a parte mais fácil de executar, que é a parte da Murgeira. Por outro lado, há aqui alguns reforços, especialmente na rede de esgotos, uma vez que se ampliou toda a rede de abrangência na zona da Venda do Pinheiro, particularmente na parte da Asseiceira/ Venda do Pinheiro Poente. É de acrescentar ainda que foram criadas redes em Fonte Boa da Brincosa e Lapa da Serra, daí ter-se essa rubrica também. Outra rubrica está relacionada com os mini-ecocentros e zonas envolventes, porque cada vez mais se exige uma maior selectividade de resíduos e isso prende-se com o valor que AMTRES nos cobra. Dado que cada vez que nós conseguirmos separar melhor na origem os nossos resíduos menos pagamos por tonelada de lixo entregue. Isto é, aprovamos recentemente, no conselho de administração da AMTRES, uma proposta em que os quatro concelhos tiverem uma percentagem de recolhas selectivas, nomeadamente aquilo que pode ser reciclado, tem isenção de pagamento dessas tarifas comunitárias. Aqueles que vão com os resíduos indiferenciados terão um pagamento de uma taxa superior, cerca dos setenta e cinco euros. Os que vão seleccionados em alguns casos têm taxas zero. Portanto, é de toda a conveniência que isto comece a acontecer cada vez mais. A matéria orgânica tem cerca de quarenta euros de taxa, que se aplica a cada um dos concelho. É uma forma talvez de poder sensibilizar as pessoas e que os próprios municípios possam dar um contributo muito forte para que, cada vez mais, possamos chegar às quotas, que são definidas em termos das directivas comunitárias. Neste aspecto das rubricas que entretanto surgiram como novas, era isto que havia para dizer. Nas outras são aqueles reforços que fizeram, sendo certo que nenhuma daquelas que estavam já previamente anunciadas serão prejudicadas". -----

-- Não se verificando nenhuma intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação. O mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, um do Partido Socialista e um Independente, contando ainda com nove abstenções, sendo oito do Partido Socialista e uma da Coligação Democrática Unitária. Imediatamente após esta votação passou-se ao ponto com o número cinco da ordem de trabalhos, normas de funcionamento dos

serviços de refeições da Escola B.1 Hélia Correia. O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

-- O Presidente da Câmara disse "porque é que no ano passado isto não veio e este ano vem? Isto tem a ver com o funcionamento das escolas básicas, neste caso a escola Hélia Correia e com as pré-primárias! Vou falar das duas situações, já que elas pouco diferem. Como sabem existe um despacho que é o célebre despacho trezentos - que regula e diz como os pais, a Câmara e o ministério participam no pagamento mensal das tarifas de utilização referentes às crianças. Existe um vazio que ainda não se conseguiu ultrapassar, ver se se consegue pressionar o Ministério da Educação, dado que há mais de duas mil salas de aulas com menos de dez alunos e estão em risco de encerrar e uma das queixas dos pais é que a escola para onde eles iam tinha menos condições. O que nós em Mafra estamos a fazer passa pela criação de outras condições, que não as existentes nas escolas centenárias. As quais existem ainda muito pelo concelho e quando fizermos uma proposta de encerramento de uma sala de aula, visa-se melhores condições de habitabilidade. A nossa filosofia é outra, a qual já tem notoriedade como a escola Hélia Correia. Na Póvoa da Galega, também, já está adjudicada uma escola semelhante, mas com outra dimensão para reunir o conjunto das aldeias à volta. Rapidamente consegue-se produzir os resultados, ao fim de quatro anos estamos em condições de avaliar a evolução do conhecimento que a criança teve. Portanto, temos também o exemplo do que vai acontecer na Venda do Pinheiro. Já estamos a iniciar as obras de deslocação do parque desportivo, para construir dentro do recinto desportivo da Venda do Pinheiro, a escola que vai englobar todas as salas de aulas desta freguesia. Pensava que esta escola era diferente desde logo na sua concepção, mas também protegendo a criança com o tal prolongamento extra-curricular, sendo ainda de mencionar, nesta vertente, o auxílio aos pais. Daí que estas escolas forneçam também o ATL. É evidente que a Câmara não pode, por si só, assumir esta responsabilidade e aqui deveria entrar o Ministério da Educação, porque na pré-primária existe subsídios neste âmbito para que os pais e a Câmara paguem menos. O Estado também financia as EB 2,3 e as escolas secundárias, ao nível da alimentação. Assim, verifica-se que o Estado ajuda as escolas primárias e as EB2,3, bem como as secundárias e não financia as primárias. Há aqui uma lacuna inexplicável, até aqui o ministério dizia que as escolas não tinham condições para o fornecimento de refeições, mas neste caso já temos uma escola. Então, se querem incentivar os municípios a enveredar por este tipo de projecto, tem-se de dar condições para convencer os pais que é uma boa solução. Conjuntamente com a associação de pais estamos a tentar encontrar uma solução, para que se possa em certa medida colmatar este vazio. Sendo que eu aceito e concordo que o processo seja complicado, não pode é durar muito tempo. Se porventura estas crianças fossem para a Santa Casa da Misericórdia, o Ministério Educação financiava-a. Então, porque é que não financia a Câmara, ou melhor, o projecto? Este é um ATL para todos e não só para os que têm dinheiro. Não se está a concorrer com ninguém. Tivemos que adaptar o despacho trezentos à situação da escola Hélia Correia, já que há ausência de legislação específica neste âmbito. Tive dúvidas se isto deveria ser um regulamento, foi-nos dito que não, em termos jurídicos nada nos obriga, não tem a configuração de um regulamento que se destina a um sector muito restrito, com a aprovação da Assembleia e da Câmara Municipal. Devo dizer que foram consultadas todas as associações de pais, foram retirados dados e corrigidos alguns dados, dado que havia coisas que não podiam ser. Uma vez que estamos num processo, numa fase de iniciação, é preciso ter algum cuidado".

-- O Senhor António Milhano iniciou a sua intervenção dizendo que "da leitura atenta das normas de funcionamento do serviço da EB1, surgiram algumas questões pontuais

que achamos que deveriam ser clarificadas, a saber: no ponto um, cinco ponto dois, alínea e), diz-se que «a pedido dos pais a Câmara emitirá no final de cada ano civil uma declaração dos valores pagos». Sugerimos que seja facultada de forma automática a todos os pais. No ponto um ponto quatro ponto um, alínea b), ponto oito «deverá também fazer provar da inexistência de familiares disponíveis para o acolhimento das crianças após o horário lectivo», como se prova esta questão?-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.----

-- O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que “este prolongamento escolar não é para todos, é só para quem tem necessidade dele. Temos de provar através de meios financeiros ou falta de acompanhamento das crianças. Pedimos para provar, mas os critérios não são assim tão rígidos”.-----

-- O ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. Antes de passar ao ponto seguinte, o Presidente da Assembleia Municipal pediu à Assembleia a capacidade para que a apreciação da acta seja feita em minuta. Como ninguém se opôs, a Acta será aprovada em minuta. Passou-se para o ponto seguinte, o ponto seis da ordem de trabalhos, as normas de funcionamento da componente de apoio à família nos jardins de infância. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-- O Presidente da Câmara interveio “é só para dizer três das razões que dão privilégio na utilização do espaço: pais que estejam com o rendimento mínimo garantido, situação de desemprego e situações de reforma”.-----

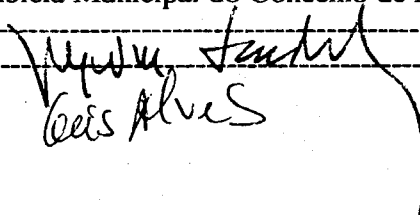
-- Como ninguém desejou intervir, o Presidente da Assembleia Municipal passou à votação e foi aprovado por unanimidade.-----

-- Terminado o Período da Ordem de Trabalhos, entrou-se, de seguida, no Período Destinado ao Público, onde não se verificou nenhuma intervenção.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando passavam cinquenta e cinco minutos das vinte e três horas, do dia trinta de Junho de dois mil e três.-----

--Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: José Eduardo Nogueira Simões, Carlos Jorge dos Reis Esteves, Domingos Manuel Vicente Janota, Joaquim José Alexandre Casado, Sarmeno Francisco Leitão, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues e Vítor Manuel da Silva Teixeira. Tendo apresentado justificação os senhores: José Eduardo Nogueira Simões, Carlos Jorge dos Reis Esteves, Domingos Manuel Vicente Janota, Sarmeno Francisco Leitão e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues.-----

--Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra.-----


Luís Alves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

SESSÃO DE 30 DE JUNHO DE 2003

SOLICITAMOS SER INFORMADOS SOBRE OS SEGUINTE PONTOS:

- 1 AS OBRAS QUE ESTÃO A SER LEVADAS A CABO NO PORTO DA ERICEIRA, INSEREM-SE NO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO PORTO DA ERICEIRA, OU SÃO APENAS OBRAS DE CONSERVAÇÃO ?
- 2 A CÂMARA TÊM CONHECIMENTO DE ALGUM INVESTIMENTO QUE ESTEJA A SER EFECTUADO OU PREVISTO PARA A LINHA DO OESTE?
- 3 QUAL O PONTO DA SITUAÇÃO RELATIVAMENTE AO ASSUNTO DOS LIXOS, TRATAMENTO E DEPÓSITO ?

MAFRA , 30 DE JUNHO DE 2003

O DEPUTADO DA C D U NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA



(José João Lopes Costa)

ANEXO UM



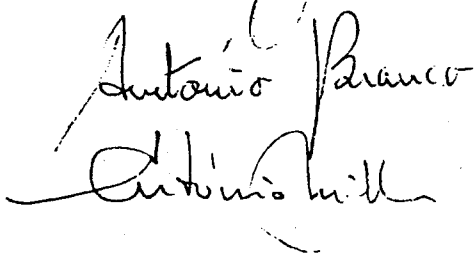
Aprovado em
unanimidade
Ofício nº 30/403
ao CDUE

Voto de Congratulação

Considerando que o grupo Desportivo Ericeirense se sagrou campeão de Juniores da 2ª Divisão Distrital de Lisboa e campeão de Seniores da 1ª Divisão Distrital, com isso prestigiando a Vila da Ericeira e o Concelho, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de louvor ao Clube Desportivo Ericeirense, atletas, técnicos e dirigentes, cujo esforço conduziu áqueles resultados.

Mafra, 2003.06.30

O Grupo Municipal do PS



Antonio Branco


ANEXO DOIS

V
\$

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

SESSÃO DE 30 DE JUNHO DE 2003

PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A PRESENTE PROPOSTA PREVÊ O AUMENTO DE 6% NA TABELA DE TAXAS
E LICENÇAS.

NOS SEUS CONSIDERANDOS, ESTE AUMENTO É JUSTIFICADO PELA NÃO
ACTUALIZAÇÃO NOS ANOS DE 2001 E 2002.

TAL FACTO É JUSTIFICADO PELA GRANDE AZÁFAMA (?).

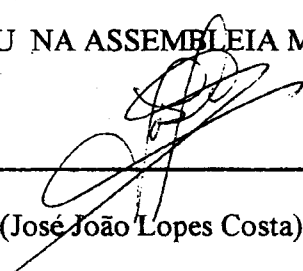
SERÁ QUE OS MUNICIPES PODERÃO VIR INVOCAR QUE A INEFICIÊNCIA
DE UM SERVIÇO PÚBLICO OS PREJUDICA ?

SERÁ QUE É LEGÍTIMO OU RAZOÁVEL EM TEMPO DE CRISE
RECONHECIDA, QUE SE POSSA VIR A INVOCAR UM ARGUMENTO TÃO
POUCO CONSISTENTE ?

SERÁ QUE TENDO EM CONSIDERAÇÃO OS DÍFICEIS TEMPOS DE CRISE
GENERALIZADA, SE DEVERIA TER SIDO MAIS PRUDENTE NO AUMENTO
PROPOSTO ?

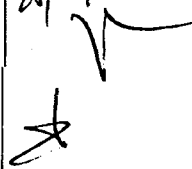
MAFRA, 30 DE JUNHO DE 2003

O DEPUTADO DA C D U NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA



(José João Lopes Costa)

ANEXO TRÊS¹

*Aprovado em
unanimidade
28/12/04*


ACTA 5/2004

-- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e quatro, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Comissão Municipal de Saúde - Eleição de Representantes dos interesses dos utentes, nos termos estabelecidos na alínea f), n.º 1 do art.º 12.º do DL n.º 335/93 e Representante no Hospital Distrital de Torres Vedras; 3) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2005; 4) Alienação de parcela de terreno municipal sita no Pinheiro/Mafra; 5) Contrato Programa entre o Município e a Mafratlântico; 6) Documentos Previsionais para o ano de 2005 - Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- Passavam vinte minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por iniciada a sessão, referindo as substituições efectuadas entre membros da Assembleia Municipal, nomeadamente as substituições dos Senhores João Bravo da Matta, definitiva, e José Eduardo Nogueira Simões, por motivos de doença, respectivamente pelos Senhores Jorge Humberto e João Manuel Pires. Após esta informação, o Senhor Secretário Luís Alves passou à chamada. Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra para o período antes da Ordem do Dia. -----

-- A primeira intervenção coube ao Senhor José Botelho que referiu um conjunto de questões dirigidas à Câmara, nomeadamente "relativamente, ainda, ao restaurante das Furnas, em resposta a um requerimento feito pelo Deputado do PCP, Senhor António Filipe, o Instituto Marítimo Portuário veio dizer que o projecto que foi aprovado o foi na sequência de parecer favorável dos serviços da própria Câmara e isso contradiz bastante a informação que aqui foi prestada na altura em que este assunto foi abordado com mais insistência quando a Câmara veiculou informação de natureza oposta, ou seja, que os serviços da Câmara não teriam tido intervenção neste processo, tendo sido o Instituto Marítimo Portuário que teria, previamente, dado o seu acordo àquela solução. Gostaria que este aspecto pudesse vir a ser esclarecido. A segunda questão prende-se com a auto-estrada Malveira-Mafra, apenas para perguntar qual é o calendário previsto para a inauguração do troço Malveira-Mafra? Tendo em conta que já foram avançadas algumas datas, épocas mais ou menos aproximadas, e a última versão que eu vejo referida sobre isto aponta para uma data bastante posterior, o que quer dizer que há aqui algum deslizamento na execução da obra ou qualquer outra razão que desconheço. Quanto ao Matadouro Regional, foi-nos referido que haveria candidaturas a subsídios comunitários tendentes a apoiar a compra de equipamentos para o Matadouro. Gostaríamos de saber se essa candidatura foi aceite? Quais os montantes concedidos, no caso de isso se ter verificado? Por último, relativamente ao Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, gostaríamos de conhecer um ponto de situação sobre o projecto que estava previsto para aquele local, porque temos tido alguma informação de que haverá já alguma adjudicação de obras para aquele local e, portanto, gostaríamos de estar devidamente informados sobre isso." -----

-- De seguida, interveio o Senhor Miguel Ângelo dizendo "gostaria saber o ponto de situação relativamente ao problema que foi levantado na Comunicação Social sobre a Póvoa da Galega, nomeadamente com a poluição em cursos de água. Tanto quanto sei, foram feitos investimentos na freguesia do Milharado em saneamento, na altura anunciou-se a primeira ETAR do Trancão e, agora, é de estranhar estas situações que acontecem e que vêm a público, levantando alguma contestação, justa por certo, das populações que se vêem prejudicadas com os cheiros nauseabundos e com o curso das águas. Ainda em relação à questão do Ambiente, gostaria de dar os parabéns ao Executivo e à Junta de Freguesia da Ericeira pelo projecto-piloto que vai ser desenvolvido na recolha do lixo porta-a-porta numa primeira fase em estabelecimentos comerciais, bem como pela iniciativa pioneira de

reciclagem de óleos domésticos. É, de facto, um passo mais à frente do que todos os outros, é uma das preocupações não só os óleos domésticos, mas também os óleos dos motores, inclusivamente as baterias. Há todo um percurso que tem que ser feito e na Ericeira apareceu não só os óleos domésticos, como a recolha do pão, um conjunto de iniciativas condicentes com a qualidade de vida que se quer para a Ericeira e da protecção do Ambiente. Gostaria, ainda, de felicitar a TratoLixo pela acção que desenvolveu em Mafra. Tiveram azar com o tempo escolhido e o *timing* da própria campanha. Se calhar se fizessem agora o mesmo, teriam maior adesão, mas penso que estava lá muita gente para levantar os ecopontos domésticos. Penso que esta medida, conjuntamente com o biodigestor que está previsto para a Abrunheira, é de facto uma mais valia para o Ambiente não só do Concelho de Mafra, mas também para os quatro concelhos que compõem a TratoLixo. Na área das actividades da Câmara, gostaria de destacar a inauguração do Jardim de Infância do Quintal e do Jardim de Infância de Ribamar, duas infra-estruturas que mais uma vez fazem jus à qualidade não só dos técnicos da Câmara, mas também aos desejos do Executivo de proporcionar um Ensino Pré-Primário e Primário de qualidade no nosso Concelho. Por fim, gostava de apresentar uma moção sobre desportistas do concelho e os seus resultados O documento é anexado a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O Senhor António Milhano questionou "se podem disponibilizar informações sobre a taxa de ocupação do parque de estacionamento subterrâneo?" -----

-- O Senhor Mário Cravina, por sua vez, referiu-se ao Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira dizendo "uma obra que tem vindo a ser erguida, ao longo do tempo, com esforço e trabalho de muitos «carolas» que têm levado a efeito uma obra de inestimável valor para a cultura e o turismo da Ericeira. É evidente que aquilo tem sido suportado sempre e só com os custos da Santa Casa da Misericórdia, de modo que funcionou sempre precariamente. Há uns anos atrás contratámos uma funcionária/guia que funcionava em *part-time* no Inverno e no Verão a tempo inteiro, era um esforço relativamente grande para a Misericórdia. Depois aquele sistema terminou porque a senhora arranjou um emprego mais estável, acabando por funcionar ainda mais precariamente porque era apenas a «carolice» das pessoas que estavam lá que permitia que o Arquivo-Museu funcionasse. Propuseram-nos um projecto para o efeito, isso levou meses a investir cerca de quinze mil contos para dar uma certa dignidade e que o Arquivo-Museu funcionasse com uma certa eficiência. Depois de se ter feito o investimento, pensámos que os custos desse funcionamento eram de certo modo elevados e tentámos fazer uma parceria com a Câmara, Junta de Turismo, Junta de Freguesia e Santa Casa da Misericórdia. Fizemos reuniões e a Santa Casa da Misericórdia para além de disponibilizar o espaço, o Museu e o Arquivo, a Misericórdia, com muito esforço, comparticipava com uma verba de cem contos cada mês. Após três ou quatro reuniões, não houve viabilidade para que o projecto avançasse e o projecto morreu. Preocupados com a dignidade da cultura da Vila e o fomento do turismo, tomámos a iniciativa de nós, a Santa Casa da Misericórdia *per si*, suportarmos totalmente os encargos com o funcionamento do Arquivo-Museu. Durante esses vinte meses a Santa Casa despendeu cinco mil contos, os custos totais do funcionamento, e arrecadou, em receitas de entradas, duzentos e trinta contos, isto durou até Setembro de dois mil e quatro. Em Setembro de dois mil e quatro, por inviabilidade financeira, não tivemos outra alternativa que não fecharmos as portas, pensando que temporariamente. Ficámos surpreendidos há dias quando um jornal da Ericeira comunicou em «letras gordas» que estava celebrado um protocolo entre a Câmara e Junta de Freguesia para abertura e funcionamento do Arquivo-Museu, faltando apenas o acordo da Santa Casa da Misericórdia. É evidente que fiquei preocupado, como provedor da Santa Casa da Misericórdia. Portanto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira já teve a amabilidade de me comunicar que não teve conhecimento oficial do assunto, nada lhe passou pelas mãos e, portanto, a minha pergunta Senhor Presidente era saber se de facto foi celebrado algum acordo ou existe alguma coisa nesse sentido, que leve a que um

jornal da Ericeira publique em «letras gordas» esta notícia?" -----

-- O Senhor António Branco referiu que "gostaria de colocar duas questões: uma que tem a ver com o Parque de Campismo de Mil Regos, tendo sido criada um empresa municipal há um ano, o parceiro era a Orbitur, as informações que temos é que terá havido alguma alteração relativamente a esta parceria. Gostaria de ter uma informação mais precisa sobre esta matéria. Gostaria, ainda de conhecer quais os investimentos de requalificação e actividade de promoção que estão previstos para o Parque de Campismo? Relativamente à Escola Secundária da Venda do Pinheiro, verifico que ela desapareceu do PIDDAC, por outro lado, a leitura que faço do PPI das Grandes Opções do Plano também desapareceu como projecto destes documentos, pelo que gostaria de saber o que se passa relativamente à Escola Secundária da Venda do Pinheiro?" -----

-- O Senhor Daniel Marchante disse que "a questão que eu quero colocar à Câmara tem a ver com o aterro sanitário, ou Centro de Recuperação de Resíduos, na freguesia de São Miguel de Alcainça. Na sessão de Setembro do passado ano, perguntei e fiz referência sobre esse aterro sanitário nessa freguesia, passado mais de um ano os habitantes da freguesia perguntam-se como está o processo? Vamos ter aterro sanitário na freguesia? Vai ser instalado o biodigestor? Todas as condições e regras de segurança estão acauteladas no projecto? Para quando o início da obra? A Junta de Freguesia tem sido chamada a acompanhar o processo? Sabemos que já foram editados anúncios na Comunicação Social sobre esta obra, perguntamos para quando o lançamento do concurso público? As contrapartidas iniciais mantêm-se, construção da CRIMA, Centro de Dia de Alcainça, Centro de Saúde de Mafra?" -----

-- A Senhora Paula Machado perguntou ao Executivo Camarário "quais as novas informações que nos pode dar acerca das novas instalações do Centro de Saúde de Mafra e da Malveira-Venda do Pinheiro?" -----

-- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, referindo que "a responsabilidade do Presidente da Câmara é responder por escrito às questões colocadas, não transformando o período antes da Ordem do Dia, num período de perguntas e respostas, que serão bem-vindas se eu tiver capacidade de resposta. Relativamente à questão das Furnas, tanto quanto me informaram, o processo chegou totalmente informado da parte do Instituto Marítimo Portuário. Levantou-se a questão à Câmara, nestas condições é devido o licenciamento municipal, quando a jurisdição é do Instituto Marítimo Portuário, porque as informações favoráveis vinham do Instituto? É isto que tenho a responder sobre esta pergunta. Quanto à auto-estrada Malveira-Mafra, a abertura para quando? Nós estamos a prever que ela aconteça em Abril, finais de Abril, Maio. O tempo tem corrido favoravelmente e isso tem justificado a celeridade processual que tem acontecido. Eu aproveito desde já para convidar, para a próxima semana, um membro de cada grupo parlamentar para comigo ir fazer uma vista às obras da auto-estrada. De qualquer forma, o projecto inicial foi alterado, porque o projecto inicial tinha a ver com uma portagem em plena via, ou seja, no decorrer da auto-estrada verificava-se uma saída algures na zona onde vai ser o aterro sanitário e, portanto, a portagem da saída para Mafra estaria ali. Entendeu o IEP, e bem, que devia aproveitar já esta construção que a Câmara estava a disponibilizar para ligar já à A8, por isso houve uma transformação no nó da A8 com a Nacional oito porque estava previsto que nós não entraríamos na Nacional oito. O IEP como foi através do protocolo «obrigado» a participar do processo disse: «não, vamos resolver já o problema do atravessamento da Nacional oito». Aquilo que está a ser feito no nó da Malveira, é uma alteração ao projecto inicial, está a ser feito já o nó definitivo com vista a transformar o troço entre a Nacional oito e a Venda do Pinheiro em auto-estrada. Isto é, quem vier na auto-estrada não tem necessidade de sair na Venda do Pinheiro e depois voltar a entrar na nova auto-estrada Malveira-Mafra. Este projecto está a ser agora feito por nós, por incumbência do IEP, tratando-se do projecto de transformação desta via de acesso à Venda do Pinheiro para ser transformada em auto-estrada. Já está, igualmente, a

ser feito o atravessamento em obra de arte desnivelada da Nacional oito, uma alteração que provocou algum adiamento porque a obra era para estar concluída em Dezembro deste ano, este era o *timing* de execução da obra. Outra alteração foi em relação à portagem de plena via que passou para o nó do Juncal, uma vez que protocolámos em trinta de Novembro a responsabilidade da Mafratlântico lançar a concurso o segundo troço da auto-estrada entre Mafra-Ericeira. Portanto, não faria sentido a portagem em plena via se o primeiro troço fosse da nossa responsabilidade e o segundo troço a executar quando houvesse disponibilidade física e financeira por parte do IEP. Uma vez que nos foi entregue o segundo troço também, teve que ser mudada a portagem de plena via para a portagem no Juncal. Assim, na zona do Juncal os próprios estaleiros da Edifer estão a ser movimentados desde já, porque ali vai sair a saída nascente desde Mafra. Portanto, estas duas obras aparentemente simples, a passagem desnivelada na Nacional oito e, por outro lado, o desvio da portagem de plena via para uma portagem de ramo, provocou um adiantamento nas obras de cerca de dois meses e meio. Para além de que é natural que aconteçam, apesar dos estudos geotécnicos do projecto estarem extraordinariamente bem elaborados, imprevistos como o desmonte de rochas que não estava previsto inicialmente. Estamos ainda a afinar o cronograma de execução da obra. Houve também um atraso na construção do viaduto na Abrunheira. Mesmo assim, muita sorte tivemos porque o tempo tem corrido de feição, não tem havido nem pluviosidade em excesso, nem mau tempo que provocaria, inevitavelmente, alguns atrasos irreparáveis. Quanto ao processo do Matadouro, uma questão também levantada, há uma candidatura de apoio ao investimento que foi de dois milhões, duzentos e setenta mil euros, essa candidatura vai ser votada amanhã na Unidade de Gestão. A ajuda prevista cifrar-se-á em seiscentos e sessenta e dois mil e dezassete euros. Saberemos assim amanhã se a Unidade de Gestão aceitará. Para chegar a este ponto tiveram que ser preenchidas algumas falhas existentes num processo complicado de aceitação, julgamos que está em condições de ser aceite a candidatura de comparticipação. Em relação aos Marqueses de Ponte de Lima, ninguém vai vender nada, infelizmente não há nada. De facto, houve entre mim e um senhor que é dono dos hotéis Lutécia, um empresário de hotelaria, depois de várias consultas uma necessidade de preencher aquele espaço com mais quartos. O senhor apresentou, para ser um candidato eventual numa conversa exploratória, uma necessidade de ampliação do número de quartos em mais dez ou doze quartos. Isto aumentaria o volume, como é óbvio, mas não aumentaria a cêrcia do edifício novo, uma vez que o edifício velho se mantém, integralmente, com a sua volumetria e aspecto, e seria criado um edifício novo com vinte quartos ou quinze. Os dez quartos eram conseguidos abaixo da cota de soleira do piso de entrada. Portanto, o volume aparente era aumentado, mas o volume real manter-se-ia em distanciamento com o volume do edifício que existe. Tive aqui uma série de problemas com os Direitos de Autor, aceitei a ideia, no entanto isto carece de ir ao IPPAR, porque o IPPAR aprovou a primeira solução menos dez quartos, pôr mais dez quartos carece de lá ir porque aquilo está na zona de influência da Capela de Santo André, que é um monumento nacional classificado como tal. E ele disse: «isto não pode ir ao IPPAR porque é uma proposta minha!» Bem, então, vou fazer dessa proposta minha proposta. Também não aceitou porque ele queria, no fundo, ser o detentor da ideia e da solução definitiva. Isto é, eu tenho esta ideia entreguem-ma a mim porque é esta a solução. Não podemos fazer isso, nós temos que fazer um concurso público. Nós vamos apresentar a solução a concurso com o número de quartos existentes e vamos admitir a hipótese da criação de mais dez quartos desde que não aumente o volume aparente, mas sim o aumento do volume da construção abaixo da cota da soleira do edifício, sendo que essa solução tem que ser autorizada pelo IPPAR. Com esta solução, eles voltaram a levantar uma série de questões, mas isto vai ser feito, porque nós queríamos uma solução que não fosse comercial, mas que se enquadrasse dentro do âmbito daquilo que é a perspectiva de desenvolvimento do Parque Desportivo Municipal. Tentei o Vila Galé porque tinha apoios no hotel da Ericeira que poderiam simplificar a unidade, mas

disseram-me que não era rentável. A localização também não é uma ótima localização para uma unidade hoteleira, tem uma capela mortuária nas «costas», tem um cemitério ao fundo, tem uma estação de tratamento. Ou aquilo, urbanisticamente, é muito bem tratado, e realmente temos que direccionar a entrada do edifício para a Quinta dos Marqueses de Ponte de Lima, toda a perspectiva do crescimento e engrandecimento do projecto tem que ser para a Quinta. Mas, será que estamos a apostar na solução correcta? Será que não devíamos reconverter aquilo num outro espaço qualquer? Isto está neste momento em discussão, de qualquer forma, estamos a preparar um caderno com vista à procura de parceiro que também nos ajude a encontrar uma solução. Em relação à despoluição do Trancão, nunca houve tanta gente a fiscalizar o Ambiente quanto há agora. Não sei se de facto é preciso muita gente ou se é preciso mais autoridade naqueles que estão no terreno. Isto é, cada vez que se quer falar do Ambiente cria-se mais alguém, agora também a GNR tem essa incumbência, têm uma brigada mesmo do Ambiente que faz os seus relatórios, exhibe-os extraordinariamente bem feitos e que dirigem à tutela. Só que depois o resultado esbarra na ineficácia dos serviços centrais. Não interessa fiscalizar, interessa mais actuar. Relativamente ao Trancão, há uma questão ali que não vou desvendar aqui, em tempo e oportunidade poderei dizer, mas está detectado o principal poluidor do Trancão. Foi comunicado à unidade local do Ambiente, à GNR, porque isto implica transportes de produtos que são depositados no Trancão. O problema do Trancão é grave, um problema onde nós investimos muito e melhorámos substancialmente a rede colectora, aliás toda ela está coberta. Depois, existe uma suinicultura, e essa está perfeitamente identificada, que não tem na lagonagem capacidade para tratar os efluentes provenientes dessa suinicultura. É manifesta a incapacidade de lagonagem da maior parte das suiniculturas estabelecidas no Concelho. Depois, é feita com base num efectivo que não é controlado por nós, mas pela Direcção Geral de Produtos Pecuários que licencia e emite o alvará de funcionamento da instalação em função do número de animais, se o negócio está a dar, em vez de duzentos põe-se quatrocentos, se o negócio não está a dar, em vez de duzentos põe-se cem. Eu não quero que o negócio vá para baixo, mas que se cumpram as regras. Portanto, há pouca consciência naqueles que são os detentores de propriedades suinícolas. Nós alertamos porque nem sequer podemos entrar numa suinicultura. Há outras entidades que deviam ser chamadas ao processo e que nós, constantemente, fazemos. Relativamente à ocupação do parque de estacionamento, é praticamente nula. Não dá lucro nenhum. Há um lucro fantástico que foi o embelezamento daquela praça, com aquele arranjo urbanístico nós arranjámos um parque de estacionamento. Dir-se-á que é um «elefante branco», mas não, é uma obra de futuro. Esta obra estava prevista para dar cumprimento à tal Biblioteca Municipal que a Câmara era para adquirir, aqui sim, já tendo ocupação. Simplesmente, goraram-se as expectativas de negócio nessa matéria porque o proprietário requeria um valor extraordinariamente elevado e tivemos que apontar a nossa vertente noutro sentido. Por acaso vem hoje um ponto na Ordem de Trabalhos que tem a ver com a alienação de parcela de terreno municipal sita no Pinheiro, isto é para a Générale des Eaux porque a EDP já saiu lá de baixo, por razões várias esvaziou de conteúdo o edifício lá de baixo, e a Générale des Eaux tem que se ir embora também. Aquele edifício irá ser embelezado e irá ser feita ali a Biblioteca Municipal. A perspectiva é tornar visível aquele largo e aquela entrada de Vila Velha. É um edifício garboso, com monumentalidade, digno de uma biblioteca. Há um número de veículos que utiliza, através de uma prestação mensal, aquele estacionamento vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, doze meses por ano. E porque é que nós não «obrigamos» os automobilistas, através de uma postura municipal, ao estacionamento proibido cá em cima e a obrigatoriedade de ir lá para baixo? Porque na verdade, queria apresentar o tal projecto de biblioteca e depois a reformulação do estudo do estacionamento existente, porque às vezes prefere-se estacionar em cima do passeio do que meter lá em baixo. Há sessenta ou setenta lugares que estão ocupados em permanência, são alugueres

mensais, nós temos cento e treze lugares, que eu julgo que vão ser preenchidos aquando da construção da biblioteca. Para além da beleza da Praça do Pelourinho, ganhou-se um potencial, em termos futuros, do estacionamento em Mafra. Mário Cravina, não lhe posso responder a notícias que vêm nos jornais. Era mais fácil ir falar com o Director do Jornal e perguntar quem é que lhe deu esta notícia? Há aqui algo de verdade por trás disto, não nessa notícia, em tempos há um organismo nacional que superintende o apoio aos vários museus, nós, Câmara Municipal temos lá em baixo o Museu Soares Branco, eles pagam-nos as acções de formação e uma série de situações. Na altura contactamos, salvo erro, a Misericórdia para saber se o Museu da Misericórdia também poderia integrar essa tal rede, que era para fazer formação aos funcionários, porque aquilo não pode ser um processo da Misericórdia se aquilo é um património. Ninguém tira de lá o Museu, ninguém quer mexer naquilo, todos querem rentabilizar. Então, se há meios extra Câmara Municipal, extra Misericórdia que podem potenciar entrar na Rede Nacional de Museus, publicitação, formação de funcionários, pagamentos, porque não entrar? Na altura quando foi levantada a questão, a Misericórdia disse que tinham um projecto e abriam aquilo, não querendo aderir a essa Rede Nacional de Museus que a Câmara Municipal aderiu. O nosso Museu Soares Branco, os funcionários estão a ser financiados em termos de cursos de formação nos nossos museus. Gostávamos de estender essa possibilidade, que era uma participação ridícula da Câmara, o que é que a Misericórdia tinha que disponibilizar? O espaço e eles entravam lá dentro e tratavam convenientemente e capazmente do Museu. A Câmara recusa-se a dar cem contos a uma funcionária e pôr lá um «papagaio» a dizer o que sabe e o que não sabe. O Museu é uma peça cultural que deve dignificar a instituição, a população, mas também deve ser posto ao serviço das pessoas e, como tal, deve ser utilizado todo o potencial da Cultura para transmitir rapidamente, em qualidade, essa Cultura aos outros. O interesse das pessoas pelos museus é da forma viva como o Museu é apresentado, a forma estática e permanente de inércia total, às vezes, provoca a saturação. Eu visitei o Palácio Nacional em pequeno, não tenho necessidade nenhuma de o visitar agora porque ele está igual, para além de um ou outro movimento cultural que se faça. Em relação ao Parque de Campismo de Mil Regos, de facto, nós tivemos na altura com a Orbitur, uma empresa que tinha, segundo nós, as condições de juntar ou adicionar à vontade municipal de transformar e valorizar aquela bela estância de veraneio turístico, melhorando a qualidade habitacional, para isso fazendo um projecto de investimento em *bungalows* e outras coisas do género. A Orbitur habituada, pertence ao grupo Belmiro de Azevedo, a lidar com um tipo de clientes que não propriamente um Câmara Municipal, tem uma forma e uma postura diferente daquilo que são os interesses e começaram-se a verificar, com todo o respeito pelo trabalho que foi desenvolvido entretanto, algumas «fricções» entre o relacionamento no Conselho de Administração, entre os dois administradores, o Presidente do Conselho de Administração e um vogal municipal, e o Administrador Delegado da Orbitur. Entendemos fazer em Outubro, no final da época de veraneio, o balanço do trabalho desenvolvido e dos passos dados no sentido da prossecução dos objectivos a que nos tínhamos proposto. Chegámos à conclusão que, de facto, pouco tínhamos melhorado, para além do eu sei, eu posso, eu quero, eu sou capaz, fez-se algumas coisas, melhorou-se no atendimento na chegada e na entrada, arranjou-se um bom chefe de campo, mas tudo o resto que eram os projectos que deviam estar a andar, não estavam com a velocidade e o ritmo. Entendemos, de comum acordo, que devíamos pôr fim a este «namoro», tanto mais que nos impuseram uma situação que para nós era inadmissível. No final desse período experimental, era feito um balanço e uma avaliação da produção do trabalho dos nossos funcionários que tinham estado ao longo dos anos no Parque, pura e simplesmente o Administrador Delegado da Orbitur enviou uma carta à Câmara que dizia: «meus caros, não quero nenhum funcionário municipal no Parque de Campismo!» Se nós tínhamos dúvidas de que a intenção era fazer uma gestão *ad-hoc*, tipo Belmiro de Azevedo, pagas hoje compras amanhã, aqui está a prova provada, eu não aceito. Aceito que haja o

repensar de alguma requalificação de alguns funcionários, com certeza que nem todos serão as peças mais indicadas para estar naquele *puzzle* e naquele tabuleiro, todos não porque o Parque funcionou até agora com eles, portanto, com algumas alterações aceito, todos não senhor, até porque isso representava uma sobrecarga para o orçamento municipal, uma vez que nós íamos assumir funcionários que tinham estado a desempenhar funções num determinado âmbito e depois vinham para a Câmara fazer o quê? Foi a «gota de água» que fez transbordar o copo. Chegámos a acordo, a Câmara comprou-lhe os vinte mil contos de acções que eles tinham, tanto quanto o capital social, e desenvolveu um processo de concurso público para encontrar um novo parceiro. Contactámos alguns *experts* na matéria, não há tantos em Portugal quanto isso, acima de tudo com a perspectiva de ter um serviço municipal, mas vocacionado com uma gestão privada, não descurando que é uma obrigação municipal, uma herança que temos que preservar e manter, mas com reduzidos custos e com uma boa gestão aplicada. Apareceu uma empresa que se chama Blue Matrix, essa empresa disponibilizou-se, com um curriculum não muito vasto, mas disponível para negociar e aceitar este desafio interessante do Parque de Campismo. Neste momento, já foi feito o concurso, foram feitas propostas, subscreveu metade do capital social, vai subscreve-lo durante os trinta dias que decorrem os outros dez mil contos, salvo erro, não é o fundamental, mas é essencial para que aconteça de facto. Entre nós e eles, Blue Matrix, vai ser negociado depois o novo acordo parassocial, uma vez que o outro que tínhamos era com a empresa Orbitur e, depois, será feito o relançamento do projecto. De que é que consta o projecto de desenvolvimento e promoção do Parque de Campismo? Consta na reformulação e no repensar de toda a estratégia de acantonamento dos espaços. Vamos criar *bungalows*, porque o Parque de Campismo tem três meses de exploração intensiva e depois tem nove meses em vive só dos fins-de-semana. Tudo aquilo que engorda em três meses consome-se em nove. Qual é o objectivo? Dado o clima e as condições que são simpáticas, em termos de Ericeira, criar condições de fixação mais «fixa» de pessoas, através dos *bungalows*. O que é o *bungalow*? É o espaço intermédio entre o quarto do hotel e a tenda de campismo, com alguma dignidade. Mantém o restaurante em funcionamento, mantém uma loja e mantém activo um conjunto de situações. Já foi contratada, entretanto, uma equipa que está a fazer o projecto de arquitectura do desenvolvimento global do Parque, que depois será presente à Câmara e que sobre ele não perdemos a gestão, a capacidade de intervenção directa da gestão do Parque, iremos fazer tudo para que se adquira uma nova metodologia de funcionamento e uma estratégia de desenvolvimento e promoção não só da Ericeira, mas do Concelho. Em relação ao biodigestor, Eco-parque, é evidente que as suas preocupações são as nossas preocupações. Tanto assim que o especialista da Quercus nas questões de Ambiente vai assessorar a Tratolixo, fazendo parte da Comissão de Acompanhamento, por imposição do Município de Mafra, na construção e na edificação do Eco-parque. Temos que ser críticos relativamente à forma como nos apresentam a solução. O biodigestor, que vai ser o aterro de produtos inertes, tudo isso vai ser bem acompanhado. A candidatura está em Bruxelas, tanto quanto sabemos está aprovada. Queremos encontrar soluções, estamos a munir-nos dos instrumentos não só humanos, mas também técnicos, para prestar um bom serviço à comunidade. O lixo é uma coisa que nós produzimos, temos que nos habituar a viver com dignidade com ele e não podemos pôr só à porta dos outros. Quando é que vai ser lançado o concurso público? Estamos a pensar que até final de Janeiro, Fevereiro, já estão a ser feitos os mapas de implantação, o estudo de localização dos alvéolos, não se sabe nada definitivo, ainda não foi adjudicado. Isto para dizer que o processo está controlado, não tenho muito mais novidades sobre isto. Já estamos a beneficiar das contrapartidas, desde logo há um milhão de contos, cinco milhões de euros, para acessibilidades, retirou-se a questão do Centro de Saúde. Cinco milhões de euros que vão ser em acessibilidades, doze anos de carência da taxa de tratamento que a Câmara Municipal estava obrigada, doze anos que representam mais cerca de três milhões de contos. Já estamos a beneficiar dessa

tarifa. Não há financiamento directo, em termos de contrapartidas, nem para o Centro de Saúde, nem para o Centro de Dia. Será a Câmara que vai ter que assumir essa quota-parte da responsabilização, com certeza, com todo o gosto. Relativamente ao Centro de Saúde de Mafra e da Malveira-Venda do Pinheiro, tem sido uma luta titânica, quase que a contra-relógio, para tentar conseguir estas duas peças de equipamento absolutamente imprescindíveis para o normal funcionamento da comunidade. Depois de três anos de discurso directo, troca de ofícios, da solução plena da necessidade de construção que por parte da ARS foi verificada, dizendo: «meus senhores, tem que acontecer Centro de Saúde Malveira-Venda do Pinheiro!». Relativamente ao Centro de Saúde de Mafra, foi-lhes justificado que os custos da renda à Misericórdia, quatrocentos contos por mês, para além disso, gastam no Centro de Saúde de Mafra cerca de trinta mil contos por ano em despesas de manutenção e recuperação. Portanto, a ARS reconhece desta necessidade de construção dos Centros de Saúde. A verdade é que ninguém tem dinheiro para isso, mas aquilo é Administração Central. Fazemos o projecto para os dois lados, chave na mão, estamos a falar de milhares e milhares de contos, e agora arranjam a solução financeira. Também não temos, então, nós arranjamos um *project finance* e levamos a solução. Esta solução andava a ser negociada com a ARS e depois, posteriormente, numa atitude de desespero, já com o Secretário de Estado. Pôs-se esta questão, estava em fase de ultimação o nosso protocolo com a Secretaria de Estado da Saúde que, cumulativamente, com a Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças assinavam. Tudo isto estava a ser «cozinhado» com juristas para um lado, com juristas para outro, cai o Governo. Um Centro de Saúde, negociar um protocolo que já vem de há três anos, com troca de correspondência antes de qualquer decisão governamental ou presidencial para dissolver o que quer que seja, é um acto de gestão, julgo eu, chegou-se finalmente ao texto, porque é que não se assina? Porque o Governo está em gestão. Devo-vos dizer que, amanhã à tarde, vou ter uma nova reunião com a equipa projectista, vou avançar com os projectos das duas instalações e esperar que em Fevereiro aconteça que alguém perceba que isto é uma questão de fundo e que é uma questão que se o Estado não tem dinheiro, a Câmara substitui-se ao Estado e o Estado vai pagando aos poucos, aliviando, por um lado, no caso de Mafra, as despesas de manutenção e conservação. Estamos a falar de trinta e cinco mil contos, perfeitamente justificados, por ano, que Mafra paga, reduzindo e concentrando os serviços da Malveira e da Venda do Pinheiro não só os administrativos, mas também os médicos. Portanto, em duas equipas juntá-las num único edifício e provocar um maior atendimento, com maior disponibilidade e melhores condições. Quem é que não aceita uma situação destas? Ao que parece, não aceitaram. Vai ser assinado o protocolo entre a Câmara e a Secretaria de Estado, embora como é óbvio com esta ressalva de «é gestão», não pode ser tomada a atitude. Bem, se isto for levado a bom porto, julgo que em Fevereiro vamos ter uma solução, porque eu vou avançar com os projectos na mesma. Só não avancei com ele porque a ARS demorou dois anos a dizer-me qual o conteúdo funcional, qual o programa, dos dois centros de saúde. Eu preciso de saber antes de fazer o programa, quantas salas disto ou daquilo." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou que "o Senhor Presidente começou por dizer que ia dar um conjunto de informações e fê-lo bastante bem de memória. Temos essa divergência de fundo que é o Senhor Presidente pensar que só pode dar informações por escrito, e o Senhor Presidente sabe bem que quando não responde oralmente, e nos remete para as questões por escrito, acaba por não responder muitas vezes, mesmo quando nós dizemos que então remetemos em pedido formal, a resposta não aparece. Portanto, o que era razoável é que se aproveitasse o período antes da Ordem do Dia para se darem respostas, para se terem em devido tempo o conhecimento que a Assembleia deve ter, porque a Assembleia no seu regimento consagra que este período é destinado a abordar as questões gerais do interesse do Município." -----

-- O Senhor Mário Cravina referiu que "gostaria de agradecer as informações que

me deu, mas creio que há aí um bocado falta de informação em relação ao Senhor Presidente. Em fins de dois mil e um, nós tivemos uma reunião em conjunto com um membro da Câmara Municipal, Junta de Turismo e Junta de Freguesia, por iniciativa da Misericórdia, quando nós vos solicitámos o desenvolvimento de um protocolo de cooperação para a abertura e funcionamento do Arquivo-Museu. O que nós propusemos na altura é que queríamos abrir o Museu, era que naquele momento fosse feita uma parceria cujos custos de funcionamento andavam à volta de quinhentos, seiscentos por mês, portanto, aqueles quatro parceiros poderiam naquela altura ter assumido aquele compromisso sem prejuízo que, a partir daí, se desenvolvesse um projecto em profundidade que desse relevo à obra que a gente queria. Era essa a nossa intenção. Mas, o que foi posto em cima da mesa era que ou era tudo ou nada, não houve meias medidas. Portanto, o projecto morreu ali, nunca ninguém mais nos contactou para efeito nenhum, nem temos documentos escritos, nem sequer propostas da Câmara que nos anunciassem ou propusessem qualquer ideia de acordo para que o Arquivo-Museu viesse a funcionar. O problema morreu em Outubro de dois mil e um. A Misericórdia, por vergonha, assumiu, a partir daí, o funcionamento do Arquivo-Museu até Setembro deste ano. A notícia está aqui, a Junta de Freguesia da Ericeira diz que não tem conhecimento oficial disto, o jornalista, que é o Director do jornal, disse-me que foi o Vereador Realista que lhe comunicou este facto e, portanto, eu vou escrever um artigo para o jornal a dizer que a Câmara lhe chamou mentiroso, é isso que eu vou fazer, não tenho outra hipótese." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "compreendam que a minha disponibilidade intelectual e de memória para estar aqui, só mesmo um gesto de espírito de Natal é que consegue. É cansativo, já lá vão muitos anos, e às vezes há questões que nós dominamos e estas matérias que aqui foram abordadas são matérias que andam na ordem do dia, portanto, eu estou dentro delas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou o período da Ordem do Dia, passando ao primeiro ponto referente às informações do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor António Branco referiu que leu com atenção os documentos que foram distribuídos e pensa que "relativamente à revisão do PDM, a informação que temos é que existirão algumas reuniões de análise e discussão da proposta de revisão do plano. Portanto, eu solicitava que me confirmassem este dado e como é que se vai processar as fases subseqüentes de análise de informação, designadamente a discussão com as Juntas de Freguesias e depois os aspectos que têm a ver com a consulta pública. Isto seria um ponto. Outro ponto que li também com alguma atenção e algumas intervenções hoje na Assembleia fazem-me pensar que há uns aspectos de investimento, um investimento produtivo, mas há toda uma envolvente que tem a ver com o investimento que é importante ser assegurada. Por exemplo, à volta de questões que é a separação dos lixos que é uma peça essencial do projecto que se pensa, a recolha do lixo na zona onde resido é feita pela EcoAmbiente em condições não satisfatórias para quem lá vive e muito menos para um processo em que era suposto separarem-se os lixos. Há coisas a funcionar mal. Há uma grande preocupação no investimento em obra, mas há outros aspectos importantes, alguns de natureza cultural. Falámos da localização do Centro de Saúde da Malveira, o que eu posso dizer é que o Centro da Saúde da Malveira, a GNR, aquelas habitações todas, têm de coexistir com um empreendimento de bovino ali que atira com a porcaria para a ribeira quando lhes apetece. São coisas que eu não consigo perceber como é que se consegue falar na obra, quando há outras questões que parece que não têm a ver connosco. Estas questões têm que ser pensadas e a autarquia tem que ter uma intervenção activa, conjugada, e não pode pensar que é só construir obra, porque as pessoas vão viver para ali, os doentes vão para o Centro de Saúde e se aquela questão não for resolvida, é um problema que se mantém ali e se vai agudizar." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "há bocado quando inicie o período da Ordem do Dia esqueci-me de pôr à votação uma moção

apresentada pelo Miguel Ângelo." A proposta foi aprovada por unanimidade. -----
-- O Senhor Milhano referiu que "da apreciação dos documentos apresentados pelo Departamento de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Mafra, no que diz respeito ao projectos desenvolvidos pela SimTejo subsistem algumas questões, nomeadamente os prazos de concurso. Aparecem diversos prazos de concurso de doze semanas, depois foi contratado dezasseis semanas, gostaria de saber se a Câmara conhece a razão que levou a tal alteração? Também na quase totalidade desses projectos, os contratos já deveriam estar concluídos e ainda estão aquém da sua conclusão, nomeadamente no projecto de execução do subsistema da Foz do Lizandro, fase dois, o contrato é de vinte e nove de Dezembro de dois mil e três. No projecto de execução do subsistema Gradil - Caneira Nova - Caneira Velha, também o contrato é de dezasseis de Fevereiro de dois mil e quatro para dezasseis semanas, continua também por definir, quando é que está prevista a realização destas obras? Projecto de execução de subsistema Frielas - Santo Estêvão das Galés - Lousa, também o contrato é de vinte e dois de Janeiro de dois mil e quatro, também não está concluído. Estudo de erradicação de descargas da ribeira do Casal Novo - Malveira - Venda do Pinheiro, é uma situação semelhante. Empreitada de fornecimento e montagem de equipamentos, silos de lamas para a ETAR de Mafra, Malveira e Ericeira, o contrato é de dois de Fevereiro e o prazo de execução de cinco meses, pelo que também devia estar concluído. Julgamos que a Câmara Municipal tem aqui uma dupla responsabilidade porquanto é também accionista da SimTejo e deveria ter responsabilidades no acompanhamento e desenvolvimento destes projectos e na qualidade do serviço prestado. Do que lemos no relatório, aquilo que aparenta é que a Câmara está conformada com o ritmo de desenvolvimento destes projectos. Perguntamos também se existe intenção de criar algum tipo de mecanismo de controlo para implementar no seguimento dos projectos que interessam ao Concelho e que atitudes têm sido tomadas pela Câmara junto da SimTejo no sentido de serem concluídos os projectos da empresa?" -----

-- O Senhor Sarmeno Leitão disse que "não me foi entregue o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Mas, de qualquer maneira, tenho conhecimento que a sede da Junta de Freguesia de Mafra, que se vem arrastando de há três anos a esta parte, e que o Senhor Presidente todos os dias quando eu falo com ele diz que está para breve e agora parece que o dois mil e cinco é negativo. Acho muito bem que se tenham feito e que se continuem a fazer sedes nas outras freguesias, mas em relação a Mafra têm descurado essa situação, tal qual como também aquele célebre Casal do Calado. Fiquei muito satisfeito quando falaram da inauguração da auto-estrada para o dia vinte e cinco de Abril, porque será a primeira vez que a Câmara Municipal vai festejar esta data. Queria deixar também aqui o alerta, quando o Senhor Presidente falou em relação à biblioteca que não se esqueça daquela rotunda junto ao edifício da Générale des Eaux em que todas as semanas há grandes acidentes. Em relação à sede da Junta de Freguesia, eu não preciso que o Senhor Presidente me vá dar agora uma resposta sobre isso, pense sobre isso com algum cuidado e dê-me uma resposta por escrito." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "de facto, foram levantadas aqui duas questões, uma delas que é interessante que é a relativa à SimTejo do seu funcionamento e da responsabilidade da Câmara na não evolução do projecto, devo dizer que a responsabilidade da Câmara representa três e meio por cento no contexto da SimTejo, eu faço parte do Conselho de Administração da SimTejo, não remunerado para não ficar dúvidas, portanto estou a acompanhar de perto agora a evolução. É bom que a Assembleia perceba como é que a Câmara entrou na SimTejo, na altura o Engenheiro Sócrates pensou que a forma de resolução do problema da despoluição das bacias hidrográficas tinha a ver com projectos comunitários globalmente interessantes em termos de Bruxelas. Como tal, começou por dizer que os fundos de coesão disponíveis só têm a cuidado a projectos superiores a dois milhões e meio de contos, estamos a falar na altura. Mafra não tinha capacidade para apresentar um projecto de dois milhões e meio de

contos, porque setenta e cinco por cento que eram os fundos de coesão na altura previstos para o financiamento, representavam um milhões e não sei quê e eu não tinha de todo possibilidades. Por outro lado, tinham que ser projectos interligados, a despoluição do Trancão começa em Mafra, mas passa por Loures e vai até Vila Franca de Xira. Mafra apresentar um projecto sem Loures e Vila Franca não fazia sentido. Eu na altura tive alguma relutância e lutei para que não acontecesse, porque eu sabia que o peso de Mafra nesta intermunicipal muito grande, era um peso diminuto e a nossa capacidade reivindicativa era altamente reduzida. Mafra era o município que mais tinha feito em questões de saneamento. Eu levantei algumas reservas e alguma resistência, mas entendi que não tinha argumentos para ficar de fora. Não podia justificar a não candidatura das novas redes e dos novos intersektores que seriam necessários ao Concelho, uma vez não estando nesta intermunicipal chamada SimTejo. Então, aderi à SimTejo, digamos que eu já tinha apresentado candidaturas na CCDRLVT que foram obrigatoriamente «congeladas» para que Mafra fosse posicionada nesta SimTejo. Comecei por entender mal, porque entendia que estavam ali pesos desiguais e interesses desiguais, o interesse de Lisboa era um, o de Loures era outro, o de Mafra, Odivelas e, eventualmente, Vila Franca de Xira, que fez a primeira estação de tratamento em Alverca, eram outros. Mesmo assim, perante esta evidência toda, fomos. Numa das muitas reuniões que tivemos, directamente nós Presidentes da Câmara, depois de várias reuniões em vários Municípios, para discutir quantos membros tinha o Conselho de Administração, todos eles queriam «tacho» devo-vos dizer. Em relação ao Conselho de Administração, só as Águas de Portugal é que é remunerado, os outros só ganham senhas de presença, Lisboa e Loures. Na altura eram sete elementos no Conselho de Administração, queria Lisboa um permanente, queria Loures um permanente, um rotativo pelos outros Concelhos, todos mais pequenos, e os outros das Águas de Portugal. Estamos a falar de ordenados de mil e tal contos, dois mil contos, por mês, para cada um dos vogais do Conselho de Administração. Na altura nós Concelhos pequenos, tínhamos que pagar aquilo tudo, porque aquilo reflecte-se no projecto de financiamento da SimTejo, lutámos contra aquilo, porque nós só tínhamos direito à rotatividade sem mais nada. O Engenheiro Sócrates teve dificuldade em convencer o colega João Soares em ir às reuniões, porque nunca foi. Lisboa esteve sempre renitente nesta situação. Lisboa posiciona-se, honra seja feita que o Engenheiro Abecassis foi o único autarca que eu conheci à frente do Município de Lisboa, que era socialmente tratável para com os outros Concelhos limítrofes, nunca exerceu a força institucional que tinha como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, todos os outros, de uma forma ou de outra, a exerceram e sobrepuseram-se. Julgam-se super Ministros ou um Ministério à parte. A Câmara Municipal nunca aceitou, o João Soares mandava a representante do Conselho de Administração, que era a Doutora Alexandra, mas não era o Presidente da Câmara, era um desrespeito logo por todos os outros Presidentes da Câmara. Por razões várias, a Emarlis, que era a empresa municipal de Lisboa que tratava dos resíduos, acoplou-se à SimTejo. A Simtejo começou a pagar à Emarlis, aos funcionários, ordenados completamente disparatados face aos ordenados da função pública. Quando a SimTejo aglomerou todos os funcionários ligados à área de saneamento dos Municípios, houve um choque total e terrível que eram os nossos funcionários daqui que se associaram e estavam a ganhar «ninharias» face aos ordenados chorudos que a Emarlis estava a ganhar. A Câmara de Lisboa ficou obrigada, como os outros Municípios, a pagar xis por metro cúbico de água tratada, no nosso caso, oitenta escudos por metro cúbico de água tratada eu nós somos obrigados a pagar à SimTejo. Para além disso, eles alugam-nos as ETARs, pagam-nos uma renda do equipamento, digamos que é um custo, mas é um custo interessante, porque se concentrou tecnologia para tratar de todas as estações e, por outro lado, tinham um único corpo, uma única estrutura para poderem arrancar. Temos as condições reunidas para avançar no projecto SimTejo. Mafra continuou a avançar naquilo que podia, porque entretanto não tem fundos comunitários, Alverca avançou um bocado por pressão da Rosinha. Nos dois anos

iniciais da SimTejo não se fez absolutamente nada, fez-se o emissário de Ribeira d'Ilhas, desenvolveu-se um conjunto de projectos e de iniciativas e de concursos para iniciar projectos, estão em curso, mas esses projectos já deviam estar no terreno em obra física. Sabe qual é a dívida da Câmara de Lisboa à SimTejo? Vinte milhões de euros. Mas, para azar dos azares, a Assembleia Municipal não aprovou o orçamento deste ano para dois mil e cinco. Portanto, a contrapartida que estava a ser negociada com a Câmara de Lisboa para repor a verdade financeira da SimTejo, não vai acontecer. Estamos num embaraço algo complicado. A última reunião que houve do Conselho de Administração foi de aprovação do Plano de Investimentos, onde faz parte um leque enorme, com alguma pretensão excessiva de consumação em dois mil e cinco. De qualquer forma, o projecto que está em curso não está posto em risco. Eu continuo a acreditar na SimTejo. Houve uma redução agora de sete para três Administradores, há uma poupança, mas essa poupança já nós tínhamos requerido há muito tempo. É uma pergunta pertinente, com acuidade, nós estamos atentos e eu agora fazendo parte do Conselho de Administração mais atento estou, temos mantido relações de proximidade e relações locais. Sempre houve aqui uma divisão nos Municípios, nenhum pensou numa estrutura intermunicipal, cada qual pensou no seu Município e não pensámos todos juntos que estávamos a ser prejudicados. Lisboa tem capacidade para tudo e mais alguma coisa, os outros Municípios é que não têm. Espero que isto seja rapidamente recuperado o tempo perdido, não vai ser certamente. Pôs-se em causa os fundos de coesão, porque estamos a falar do segundo Quadro Comunitário de Apoio que acaba em dois mil e seis, portanto, não há tempo útil para gastar o dinheiro disponível, não sei como é que o Estado vai resolver isto, no entanto, a SimTejo está endividada em cinco milhões de contos, ou oito milhões de contos, referentes a empréstimos que contraiu à banca para perfazer a falta de pagamento por parte dos Municípios. Devo dizer-vos que a dívida da Câmara de Mafra está em dia com a SimTejo, pagámos dolorosamente a última factura, há cerca de um mês e meio, de duzentos e cinquenta mil contos. Em relação ao Casal Calado, este tem uma história que é a seguinte: nós combinámos, eu e o Sarmeno, que ele fazia o pavimento em macadame e eu ia lá alcatroar, mas nunca mais alcatroei aquilo. Eu penitencio-me perante a Assembleia por esse não cumprimento. Sobre a questão da Junta de Freguesia, um dos pontos da ordem de trabalhos tem a ver com a venda de uma parcela de terreno no Pinheiro, do lado de cima nós estamos a desenvolver um projecto. Estamos à espera, e por isso não vem muito dinheiro no Orçamento para a Junta de Freguesia, porque não somos nós, vamos receber da venda em hasta pública para gastar na construção da Junta." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se ao segundo ponto da Ordem do Dia.-
-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que "esta questão relativa à Comissão Municipal de Saúde e ao representante no Hospital de Torres Vedras, como deverão depreender resulta do facto do elemento do PSD, João Bravo da Matta, ter renunciado ao cargo nesta Assembleia e, como tal, uma vez que era ele o elemento indicado, daí a necessidade de proceder a esta nomeação. Todo este imbróglio relativo ao Centro de Saúde de Mafra e Centro de Saúde da Malveira-Venda do Pinheiro vai precisar de um cuidado mais atento, daí que será necessário nomear alguém que tenha disponibilidade, inclusivamente, para acompanhar este processo. Também a questão do representante no Hospital de Torres Vedras, creio que faz todo o sentido estarem os dois juntos, uma vez que tendo as reuniões regulares com o Director do Centro de Saúde de Mafra, será mais fácil depois esta pessoa defender os interesses dos utentes em Torres Vedras por ligação que existe entre a estrutura orgânica. No entanto, e relativamente à questão do Hospital de Torres Vedras, temos uma outra preocupação, esteve aqui em tempos o actual Director do Hospital de Torres Vedras a anunciar um plano virado para a região do Oeste, do qual faz parte Mafra como um dos Concelhos abrangidos pela área de influência do Hospital de Torres Vedras, tanto quanto sei, todo esse processo de intenções que foi aqui manifestado nesta Assembleia está parado por falta de regulamentação. Foi anunciada a intenção, era um processo, era um dos três processos de estudo a

nível nacional, era Mafra, Covilhã e um outro mais a norte, de um momento para o outro isso ficou tudo estagnado. Falta a regulamentação e daí também a necessidade mais premente de saber como é que esta articulação está a ser feita ou como é que poderá ser feita? Dentro desta situação, o grupo municipal PPD/PSD propõe como membro da Comissão Municipal de Saúde, representante do interesse dos utentes e representante do Hospital Distrital de Torres Vedras, o Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Luís António Duarte Ribeiro Alves não só pela disponibilidade de tempo que manifestou, mas o facto de ser também membro da Mesa desta Assembleia tem todo um conjunto de apoios e poderá, de alguma forma, exercer alguma pressão junto de alguns órgãos, tentando saber informações e prestá-las a esta Assembleia." -----

-- Não havendo mais inscrições, procedeu-se à distribuição dos boletins de voto. ---

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "o processo referente ao Hospital de Torres Vedras ficou parado porque, entretanto, com a queda do Governo ficou na «gaveta»." -----

-- O Senhor Secretário procedeu à chamada, tendo-se verificado trinta e quatro votos expressos, vinte e três a favor, onze brancos. Passou-se ao ponto número três relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "esta taxa já foi aqui aprovada durante este ano, mas a Câmara trá-la aqui por razões que verificaram a necessidade da sua aprovação para figurar no ano de dois mil e cinco." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "a taxa municipal foi aprovada em Setembro, deste ano, e tem que ser reactivada a decisão de continuar, porque senão cai. Nós aprovámos um pressuposto que havia um despacho regulamentar ministerial que dizia que agora pode ser aprovada, isso foi em Setembro, e nós temos que retomar a decisão anterior e dizer que a Câmara mantém a mesma decisão." -----

-- Não se verificando inscrições, procedeu-se à votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade e passou-se ao número quatro referente à alienação de parcela de terreno municipal sita no Pinheiro/ Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "era intenção nossa construir uma Biblioteca Municipal, tínhamos duas situações, como já disse, a primeira intenção era naquele terreno onde era o depósito do celeiro de trigo, tendo sido infrutíferas as tentativas de negociação com o promotor, porque queria um valor exorbitante. Entendemos que não tínhamos condições para lá chegar e, portanto, goradas que estavam as expectativas havia que criar uma proposta de alternativa. Se bem se lembram, o edifício da Biblioteca Municipal teve para ser edificado em frente ao edifício do Município. Entendemos, depois da construção da sede dos Passos do Município, que um edifício em frente iria quebrar um pouco a beleza que o próprio edifício tem. Pensou-se então noutra situação, que era lá em baixo onde hoje existe a sede da Générale des Eaux e da EDP, ou desse espaço ou o espaço na Azinhaga do Pinheiro. Como é que nós conseguíamos retirar a Générale des Eaux de lá? No contrato de concessão está dito que a Câmara cede instalações para a sede da Générale des Eaux, a troco de uma renda, bem certo, mas cede instalações. No caso de tentarmos que a Générale des Eaux saísse dali, teríamos que arranjar ou um edifício para alugar, ou arranjar uma solução. A verdade é que a Générale des Eaux tentou arranjar soluções para edificar um espaço próprio, uma delas passou pelo antigo território onde era o Matadouro Municipal, outra foi por baixo do «Fialho», no terreno que era da MotiCristo, apresentou três ou quatro soluções só que é evidente que nós também não queríamos uma solução qualquer para a Générale des Eaux. Porquê? Porque a Générale des Eaux presta um serviço público e temos que entender que a localização do edifício da Générale des Eaux deve ser num espaço minimamente central e de fácil acesso a todos os munícipes que necessitam desses serviços. Portanto, restavam duas alternativas, ou lá em baixo no espaço da Générale des Eaux ou no Pinheiro. Entendemos que a proposta de alienação que aqui vem, e vem à Assembleia Municipal porque ultrapassa o valor de competência municipal para

alienação de território, de espaço, e, por outro lado, porque se trata de uma venda directa a um interessado, não é uma alienação, uma hasta pública, mas é a venda a uma entidade, mas é uma entidade que presta um serviço público e é por conveniência da Câmara, porque liberta um espaço para construir um edifício, que eu quero que eles vão para ali. O valor que foi encontrado pela Comissão Municipal de Avaliação é de oitenta mil contos, digamos que poderá, eventualmente, ser pensado em hasta pública poderia render mais, mas é a tal componente de interesse municipal que eu não consigo acopular aqui, por outro lado, o edifício e o espaço que eles libertam vale muito mais do que aqueles oitenta mil contos. A Câmara fica a ganhar libertando com quinze anos de antecipação um espaço para construir um edifício público de extrema e primeira necessidade. Como é que será feita a venda? Uma vez autorizada pela Assembleia Municipal, será feita à Générale des Eaux que vai construir um edifício cujo estudo prévio já foi presente. É um edifício digno, capaz, onde tem um piso com uma cave de estacionamento, o piso térreo é o de atendimento ao público e depois tem mais dois pisos que são os gabinetes técnicos e de serviços. Mas, a Générale des Eaux pôs-nos uma questão, no fim dos quinze anos, em termos contabilísticos, o edifício não está totalmente amortizado. Como é? A Câmara compra a posição da Générale des Eaux com o valor resultante da amortização destes quinze anos. Para quê? Para garantir que há continuidade na concessão. Quando houver um novo concurso de concessão, o novo grupo retomará esta posição." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou que "nós tínhamos, quando analisámos este assunto, visto isto de uma forma pacífica, não tínhamos preparado nenhuma intervenção para este ponto porque nos parecia que a solução que estava a ser preconizada era uma solução ajustada. Acontece que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara veio aqui introduzir dados que, penso eu, não constam dos documentos distribuídos, este compromisso mais ou menos assumido da Câmara. A Câmara vai pagar o custo e o valor contabilístico da edificação? É isso? Isto introduz aqui um dado novo. Eu não reflecti, sinceramente, o suficiente sobre isso para assumir aqui uma posição taxativa em relação a esta questão. Por outro lado, eu vejo que esse aspecto é, a meu ver, essencial, não deveria ter sido omitido nos documentos." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal complementou, dizendo que "é isto que se está a passar e é esta a verdade. Estamos a negociar a revisão do contrato de concessão com a Générale des Eaux por várias razões: a primeira delas é porque vai entrar o adutor de Arsena até Venda do Pinheiro, que se vai iniciar para o ano, duplicando a capacidade de adução de água ao Concelho. Nós neste momento temos vinte e quatro mil metros cúbicos de água por dia, em ponta, e passamos a ter quarenta e oito mil metros cúbicos de água por dia. Um negócio muito difícil, muito complicado e que demora muitos anos a ser conseguido e, finalmente, estão as coisas prontas. Por introdução do novo adutor, há novas condições, há alterações no consumo. Mas, há outra razão preponderante, com a entrada em funcionamento deste novo adutor a Fonte da Telha vai ser anulada, é uma água que tem alguma dureza e, portanto, não nos interessa mais manter a Fonte da Telha. É evidente que isto vai vir escrito e configurado no contrato-programa, porque há uma razão que aqui não vem, é que a Câmara é obrigada a construir o edifício. Vamos vender o terreno, oitenta mil contos, eles constroem duzentos e tal mil contos, desvaloriza trinta por cento, ao fim dos quinze anos retomamos essa posição. Para quê? Para termos toda a autoridade para fazermos uma nova concessão com a nossa sede. É evidente que um dos obstáculos será a aquisição daquele bem, ou não, a Câmara pode ficar com o bem e dizermos que queremos alugar esse bem. Esta é uma liberdade que deixamos a quem cá estiver daqui a quinze anos. É verdade que aquilo daqui por quinze anos é propriedade nossa, por menos trinta por cento, mais o valor dos oitenta mil contos que se mantém intocável." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "aquando da concessão, também foi referido que, por exemplo, existiam bens, como carros, que

eram propriedade do Município e que passaram para a Générale des Eaux. Na altura foi explicitado que aquando do *terminus* da concessão, esses carros teriam que ser devolvidos no valor contabilístico do momento. O sistema do edifício há-de assumir os mesmos contornos." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "na certidão que remete juntamente com estes documentos, vem aqui que foi uma deliberação da Câmara Municipal que aprovou por unanimidade, a questão que eu coloco ao Senhor Presidente é se na altura em que este documento foi debatido em reunião de Câmara? Foi tema de discussão na reunião da Câmara antes da aprovação por unanimidade?" -----

-- O Senhor José João Costa disse que "se bem percebi o negócio, o edifício onde estão hoje instalados os serviços municipalizados e, naturalmente, a Générale des Eaux, é propriedade da Câmara, sendo aí, posteriormente, construída uma biblioteca. Essa história da aquisição daqui a quinze anos quando acabar a concessão para uma nova concessão, diz o Senhor Presidente que a Fonte da Telha vai ser desactivada, ficará como uma reserva de futura adução à rede pública. A rede vai ser abastecida através do adutor de Arsenal e, segundo o Senhor Presidente disse, nós vamos comprar a água a cento e tal escudos e agora nós estávamos a explorá-la a explorá-la a doze escudos na Fonte da Telha, o que quer dizer que isso se vai reflectir no custo da água aquando da renegociação da concessão com a Générale des Eaux." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "quando foi a elaboração do contrato inicial, a Fonte da Telha era uma medida provisória de exploração porque a qualidade da água, embora seja uma qualidade aceitável, não é a melhor. Portanto, se nós temos no nosso sistema de adução, neste momento, possibilidades de introduzir água de qualidade, nós vamos rejeitar liminarmente aquela. Isso é um facto aceite e sobre isso não há discussão, até porque a Fonte da Telha bombeia para o Seixal e este está limitadíssimo, tem caudais muito variáveis, que de Inverno são sobejamente suficientes face ao consumo que se verifica na zona de interferência do abastecimento, de Verão são extremamente reduzidos, conseguimos, no máximo, tirar mil metros cúbicos de água por dia, o que não tem significado dado os custos de manutenção e conservação de todo o sistema de adução e a conduta de elevação até ao reservatório do Seixal e depois de Fonte Boa da Brincosa. A Fonte da Telha foi um recurso tido na altura. Estamos com controlos analíticos actuais, à semana, porque é uma zona fortemente agricultada e, como sabem, qualquer alteração na adubação química daqueles territórios reflecte-se nos níveis freáticos onde vamos beber água. Pensamos num tratamento por osmose, e nisso consultámos a Générale des Eaux, inversa para requalificação qualitativa da água da Fonte da Telha. O processo era de tal maneira caro que decidimos de uma vez por todas pôr de lado essa preocupação uma vez que temos caudal suficiente. Por outro lado, para ter níveis e em condições para negociar um adutor, não sei se sabem, mas Arsenal é chamada a «CREL da água», é o sistema adutor que abastece Cascais, Oeiras, Sintra e tudo mais, e, portanto, eu para ter mínimos possíveis para negociar com a EPAL tinha que ter resultados interessantes não só em termos do crescimento que aconteceu e que ir-se-á manter a níveis dos três, quatro por cento, mas também anular essa água porque a própria EPAL punha questões sobre se algum problema houver, de facto, nas nossas condutas de quem é a culpa? É que estamos a misturar água da EPAL com água da Fonte da Telha, quando nós sabemos que a água da Fonte da Telha pode ter, não quer dizer que tenha tido, situações complicadas. A EPAL levantou-nos essa questão e preferimos um único abastecedor, tanto a norte como a sul, Lousa e agora Vale de São Gião, do que propriamente a Fonte da Telha. Quanto às negociações da Générale des Eaux, eu recorro que neste momento nós temos um edifício que está ultrapassado no tempo, aquele edifício tem cinquenta anos, é um edifício perfeitamente inadaptado, cumpriu a sua missão, e bem, mas que agora vamos ficar daqui por quinze anos com um edifício moderno, funcional, no centro da Vila, muito vocacionado para o atendimento, ou então daqui por quinze anos temos um edifício não com quinze anos, mas com sessenta e cinco anos." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal complementou, dizendo que "relativamente ao tarifário com a EPAL, há um benefício do facto de ser equalizado o tarifário aos outros Municípios, coisa que não existia até ao momento." -----

-- Não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação. A proposta foi aprovada por maioria com os votos do PS e PSD, com a abstenção da CDU. Passou-se ao quinto ponto, referente ao Contrato Programa entre o Município e a Mafratlântico. -

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, referiu que "relativamente a este ponto, não é mais do que um aditamento àquilo que já foi celebrado na primeira fase da via municipal principal Mafra-Malveira e que suporta, naturalmente, as relações que vão depender para que o modelo financeiro que foi proposto possa ser consignado no âmbito da ligação ao Sindicato Bancário. Se verificaram, o que está implícito a este aditamento do Contrato Programa reporta-se a dois factos importantes: um, salvaguardar o preenchimento daquilo que ficou em aberto sobre a ligação entre a A8 e a Venda do Pinheiro-Malveira e a ligação Mafra-Ericeira; por outro lado, também a fixação de taxas máximas, as de referência do modelo financeiro, para as ligações previstas, não mexendo, naturalmente, naquela que já tinha sido aprovada, por vós, na Assembleia que também subscreveram a ligação entre Mafra e Malveira, o que vem agora complementar esse contrato com aquilo que se pressupõe aquando da entrada em funcionamento da exploração, fechando todo este circuito entre a saída da A8 e o ponto de referência da parte da Ericeira. Como é referido ainda, e o que está aqui implícito também, é o montante dos cento e cinquenta milhões de euros para o montante global do investimento. Portanto, todo este chamado empreendimento tem um valor global de cento e cinquenta milhões de euros, mantêm-se, naturalmente, as condições que são propostas, e que agora voltam a ser propostas, para este aditamento, sendo certo que já aparece espelhado no valor referência para as várias classes de viaturas que circularão neste troço e que terão o circuito fechado, com a probabilidade da ligação a sul, para que seja feita a ligação ao IC16, IC30. Como não se sabe, como já verificaram no protocolo, se há condições para que aquando da prova cabal do acabamento da estrada possa acontecer a exploração directa por parte da E. P., Estradas de Portugal, neste caso verificar-se-á uma exploração provisória por parte de alguém que o próprio Estado indicará ou então, temporariamente, pode haver aqui uma parceria. Convém realçar aqui dois aspectos que não aparecem aqui explícitos, a ligação da segunda fase da CRIMA e a ligação do anel exterior à Ericeira estão contemplados neste novo projecto da auto-estrada, não sendo uma obra da competência directa do Município, em termos de envolvimento financeiro, vai ser suportado por este empreendimento, no âmbito da concessão que vai ser lançada." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou que "o que verdadeiramente a Câmara submete à nossa apreciação, com alguma relevância neste aditamento ao protocolo, é, em nosso entender, a fixação das taxas de utilização, as portagens, que os utilizadores vão ter que suportar se utilizarem esta via. Aquilo que nos é proposto, e que à frente vou referir mais concretamente, frustra completamente as expectativas que relativamente a esta matéria foram criadas aquando do lançamento deste projecto. Se bem se recordam, na altura, a ideia que se fazia é que o custo para os dois troços desta via seriam bastante equivalentes e, como sabem, a Assembleia Municipal aprovou uma taxa de utilização para o troço Malveira-Mafra que se situa, com o IVA incluído, nos cinquenta cêntimos e a perspectiva que existia de que mais cem escudos dariam para se fazer o trajecto de Mafra para a Ericeira. Aquilo que a Câmara nos propõe hoje é isto, é um custo global de um euro e noventa e cinco, ou seja, trezentos e noventa escudos, para a ligação Ericeira-A8, o que quer dizer que um utilizador que faça o percurso de ida e volta da Ericeira para a A8 tem que desembolsar setecentos e oitenta escudos. Convenhamos que é um custo excessivo, que é um custo que não é facilmente suportável pelas pessoas, e que, sobretudo, é um custo que, a meu ver, penaliza de forma diferente os utilizadores do percurso Malveira-Mafra e de Mafra para a Ericeira. Cria-se aqui uma distorção que, a meu ver, também não é conveniente.

Claro que quem mais vai sofrer com isto são, naturalmente, os utilizadores da área da Ericeira e, sobretudo, os utilizadores de carácter turístico que podem vir a frequentar aquela zona. A nossa preocupação dominante é aquela que se prende com os munícipes, como é natural, não só porque é em relação a esses que temos que ter uma especial atenção, mas também porque vão ser eles os utilizadores mais assíduos daquela via. A Câmara na proposta que nos remeteu, nos documentos escritos que chegaram à nossa posse, não justifica a adopção destes custos, enumera-os, mas não há uma justificação. Eu não sei se isto tem a ver com as exigências do Sindicato Bancário ou não, não sei se o Sindicato Bancário tem em conta que o papel da Câmara e da Mafratlântico é um papel transitório neste processo. Não foi assim que a ideia nasceu, mas a realidade é esta. No fim da obra concluída naturalmente que o I.E.P. irá assumir a responsabilidade de receber a obra e de a concessionar e, certamente, que os candidatos que se irão perfilar para serem os adjudicatários da concessão vão ser, certamente, a Brisa e a Auto-estradas do Atlântico porque são as empresas que no país têm a vocação maior para exercerem esta função e para se dedicarem a este negócio. Portanto, nós estamos numa fase em que não pomos em causa, como nunca pusemos, a necessidade de uma via desta natureza, mas também é preciso reflectir se isso deve ser conseguido a qualquer preço, e a nosso ver não. Nós não questionamos que se encontre uma solução ajustada e que se faça uma negociação que possa vir a defender melhor os interesses dos munícipes e dos utilizadores, mas nos moldes exactos que nos são propostos, nós estamos contra esta solução. Achamos que os custos que vão ser exigidos aos utilizadores são custos excessivos, são custos que evidentemente alguém tem que suportar pela utilização na fase em que as coisas estão, mas acho que é tempo de reflectir sobre se não devem ser aqui ponderadas outras soluções. Sendo assim, é evidente que a Câmara fará aquilo que achar melhor, mas a nosso ver deveria haver mais discussão, mais troca de informação, mais esforço negocial no sentido de que o Sindicato Bancário, eventualmente, não esteja aqui a ter exigências que são, do nosso ponto de vista, algo inaceitáveis, porque depois destas taxas postas em prática, é claro que vai ser muito difícil que elas possam vir a ser ajustadas ou equiparadas àquelas que a Brisa habitualmente pratica." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que "pois é, não há forma a dar. Independentemente das boas intenções e capacidade negocial de quem se invoca no direito de pôr em causa aquilo que está a ser feito, não há volta a dar. A estrada custa cerca de trinta milhões de contos. Há aqui duas situações: o preço Mafra-Malveira é exactamente o preço Mafra-Ericeira, são cinquenta cêntimos para cada lado. Entre Mafra poente e Mafra Nascente vão sete quilómetros de distância. Porquê? Porque há perspectiva de ligação, a meio deste troço, para o IC16 e, portanto, esta alternativa nem se vai pôr com muita intensidade no sentido Ericeira-Mafra-Malveira. De certeza que este IC16 vai absorver grande parte de e para a Ericeira e, portanto, neste momento, o que acontece é que Mafra-Malveira custa cinquenta cêntimos, Mafra poente-Ericeira custa cinquenta cêntimos e este troço tem que se andar sete quilómetros, que é o dobro da distância entre Juncal e Malveira. Porque é que a auto-estrada vai dar a volta pelo outro lado? Porque exactamente está prevista a ligação ao IC16, através de um viaduto enorme que há-de ser feito sobre o Vale de Cheleiros, atravessando para o outro lado. Não há volta a dar sobre esta negociação, devo referir que os preços agora aprovados vão entrar em vigor, exactamente, pelo mesmo valor em dois mil e oito. Estamos a aprovar preços para dois mil e oito. Eu não sei qual é o ritmo de crescimento da inflação, de qualquer forma, o concessionário que vier a ser pode utilizar a metodologia com certeza, agora o dinheiro custa a todos, não há possibilidade. Há sempre a alternativa da variante da estrada Nacional. Há um troço de ligação entre o Sobreiro e a Quinta das Pevides que é uma estrada municipal que, a ser feito a nosso custo, custava centenas de milhares de contos. A variante entre Fonte Boa dos Nabos e norte do Parque de Campismo é também um troço municipal, mas isto vai ser englobado no mesmo pacote financeiro. Há aqui o benefício comunitário de

troços que não pagos, mas que servem de facto as populações que por lá circundam à volta deles. Portanto, também vão beneficiar independentemente se usam, ou não, a auto-estrada." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou, ainda, que "quer se queira, quer não, utilizar o trajecto completo em auto-estrada que liga a A8 à Ericeira, vai ter que suportar os custos que eu enumerei. O Senhor Presidente responde-me que quem não quiser acaba por utilizar a CRIMA, neutralizando os custos inerentes ao troço do Juncal para os Gorcinhos, isso quer dizer que os utilizadores podem remeter para uma falta de rentabilidade absoluta aquele trajecto. Se eles fizerem isso é um troço que, na prática, pode vir a não corresponder a interesse e às necessidades. O que eu estou a questionar é que quem utilizar da A8 até à Ericeira tem que suportar um euro e noventa e cinco em cada sentido, isso é que é real e que não pode ser desmentido. O que é certo é que se chega à conclusão que a CRIMA vai suprir com vantagem aquele traçado para quem se dirige à Ericeira, então isso quer dizer que aquele troço de sete quilómetros, do Juncal aos Gorcinhos, é um troço que não corresponde a uma necessidade absoluta e está a constituir-se neste momento numa penalização, estando a agravar de forma substancial a ligação directa entre a Malveira e a Ericeira. Nós não estamos de acordo com isto." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "se, porventura, as pessoas pensarem todas como aquilo que está a dizer que o troço não é necessário, só não passam por lá. A futurologia indica-nos que de facto alguém vai pagar, não se sabe bem quem. A solução que temos para propor à Assembleia é esta, não temos alternativa a esta solução. Solicitamos a aprovação favorável para consumir o projecto que para nós acabava na Malveira-Mafra, mas entendemos que se não aproveitássemos esta oportunidade da Ericeira, estamos a assumir um risco, mas porque sinto que se não agarrar esta oportunidade agora, ainda a posso perder, porque senão andamos mais quinze anos pelo mesmo, foi tanto quanto me demorou agora a convencer a Administração a deixar-me fazer a auto-estrada. Isto não é chantagem meus senhores, é desafiá-los para um futuro, tendo em atenção que custa a todos e custa de que maneira a nós. O futuro vai-nos dizer que temos razão." -----

-- O Senhor José Botelho perguntou "é ou não verdade que é o troço entre o nó do Juncal e o nó dos Gorcinhos, cuja rentabilidade é questionada, que está a introduzir este peso na portagem neste sector? Porque se esse nó fosse previsivelmente mais rentável, e se não tivesse a escapatória que tem da CRIMA, é evidente que o custo iria ser menor, isso para mim parece-me absolutamente certo e rigoroso. Eu gostava muito de ter acesso aos documentos que o Sindicato Bancário produziu, para se poder analisar melhor esta situação. Os dados não são conhecidos na totalidade e, por conseguinte, as nossas «armas» não são exactamente as mesmas. Se não fosse a fraca rentabilidade daquele troço, as taxas não seriam estas, havendo gente que vai utilizar mais ou menos, o que é certo é que haverá sempre quem o utilize." -----

-- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação. A proposta foi aprovada com vinte e quatro votos a favor, vinte e um do PSD, um do PS e um independente, e oito votos contra, sete do PS e um da CDU, e uma abstenção do PS. Passou-se, seguidamente, ao ponto número seis, relativo aos Documentos Previsionais para o ano de 2005 - Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou "algumas notas referentes à receita e à despesa, o zero, quatro, zero, dois, zero, um, que tem oitenta e três mil, novecentos e noventa e cinco euros, taxas, multas e outras penalidades, diz respeito à receita proveniente de juros devidos pelas importâncias pagas depois do prazo de pagamento voluntário, designadamente contribuição autárquica, esta tolerância é efectuada pela Administração Central. Depois uma outra, zero, seis, zero, três, zero, um, noventa e nove, transferências correntes Administração Central-Estado, quatrocentos mil euros, isto é relativo a transferências referentes a processos de Recenseamento, actos eleitorais, verbas que se distribuem pela Junta de Freguesia. Depois, um, zero, sete, zero, dois, zero, nove, noventa e nove, um

milhão, duzentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco euros, diz respeito a uma receita proveniente do reembolso das despesas com pessoal a prestar serviço na EcoAmbiente, na PaviMafra, fornecimentos à SimTejo, transportes escolares, vistorias diversas não especificadas. Uma outra que é o zero, nove, zero, um, zero, um, venda de bens de investimento, terrenos, cinco milhões e quatrocentos mil euros, são os terrenos do aterro municipal para o biodigestor e o terreno onde se situa o Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia e instalações da CGE. Depois uma grande receita que tem a ver com as expropriações para a via de Mafra-Ericeira, auto-estrada, que são seis milhões e meio de euros, dinheiro que entra e vai sair para pagar as expropriações, como é óbvio. No capítulo das despesas correntes com as despesas de capital, comparando, nós temos um total de vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta euros, quarenta vírgula dois por cento em despesas correntes, em despesas de capital trinta e três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco euros, cinquenta e nove vírgula oito por cento, um total do orçamento municipal de cinquenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e quinze euros. As despesas com pessoal cifram-se em nove milhões, quinhentos e quatro mil, cento e noventa e cinco euros. Outros serviços, zero, dois, zero, dois, vinte e cinco, tem a ver com três milhões de despesas, cento e sessenta e oito mil euros. Referia, ainda, algumas situações que considero de importância, na área da Educação estão previstas a conclusão das escolas da Venda do Pinheiro e da Malveira, enquanto a da Venda do Pinheiro é uma EB1, a da Malveira é uma Pré-primária mais EB1. Vão estar prontas no início do ano lectivo dois mil e cinco, dois mil e seis. Depois, Santo Estêvão das Galés, Igreja Nova, Ericeira e Azueira, são todas Pré-primárias com EB1, tenho a Azueira já com terreno, a da Ericeira tenho uma parcela de terreno com oito mil metros quadrados, ainda não tenho o resto do terreno, quero renegociar com o Senhor Presidente da Junta da Igreja Nova o terreno para a escola, porque a Igreja Nova tinha previsto inicialmente só uma EB1, o terreno que a Junta me cedeu não tem logradouro suficiente para albergar uma escola desta envergadura, mas estamos em vias de conseguir. Em Santo Estêvão das Galés já tenho praticamente o terreno, também há um projecto que resulta da permuta de terrenos municipais na urbanização do Pinheiro, com um terreno sito mesmo em Santo Estêvão das Galés. Tem sido e é sempre difícil nós negociarmos terrenos. Uma questão que existe, e que eu de propósito não referi, tem a ver com a Secundária da Venda do Pinheiro, já esteve em PIDDAC, desapareceu, depois voltou a aparecer. Apareceu, há dois meses, três meses, uma empresa que constrói escolas. Como é que eles funcionam? Funcionam com contratos com o Estado que paga por aluno um montante, que é o custo do aluno, custo da educação mais a amortização do edifício dos investimentos. Este projecto está a funcionar na zona cento do país, mais propriamente em Leiria e Coimbra, é o exemplo do Colégio de Penafirme. O Colégio de Penafirme é um colégio público gratuito, mas é propriedade privada, têm um custo por aluno, os programas são os do Ministério da Educação e eles fornecem só o serviço. Eles apareceram no meu gabinete vindos da DREL, dizendo que estavam disponíveis para investir na área do Concelho de Mafra, estavam disponíveis para fazer não só a escola da Venda do Pinheiro, mas também uma outra EB2,3 com via profissionalizante. Eu fui de imediato falar com o Secretário de Estado dos Estudos Educativos, conjuntamente com a DREL, e quis saber quem era o grupo. De facto, eles têm um *curriculum* extraordinariamente interessante nesta área. Eles já têm o projecto feito da Venda do Pinheiro e estão a fazer o outro projecto da EB2,3 com Secundária da Lagoa. E porquê a Lagoa, perdida nos confins do mundo? Porque vai absorver a zona da Encarnação, zona de Santo Isidoro, Ribamar, Barril, Sobral da Abelheira e, eventualmente, Azueira, a parte sul do Concelho de Mafra, Sobreiro e Achada, e todas aquela gente que habita à volta da Lagoa com facilidade de deslocação para lá. Isto provoca um esvaziamento da escola da Ericeira e, simultaneamente, também de Mafra. Com isto resolve-se o problema da cobertura total do Concelho, a nível de EB2,3 e Secundárias, com vias profissionalizantes no caso da Venda do

Pinheiro. Enquanto que na Lagoa a iniciativa é totalmente privada, eles vão comprar o terreno e fazer o edifício, na Venda do Pinheiro eles querem, por questões de localização, o nosso terreno, isso virá em tempo e oportunidade à Assembleia, quando for caso disso, para sabermos como é que vamos entregar o terreno a essa empresa. O terreno foi entregue à Câmara, o fim não foi adulterado, terá um valor no caso do ensino ser público gratuito, no caso de não ser é trinta e cinco por cento do valor do terreno no valor da construção. No caso da escola profissional da Encarnação, está a funcionar este ano, dois mil e cinco, dois mil e seis, em situação provisória, enquanto estão com o Senhor Presidente da Junta a arranjar um terreno. Digamos que é um presente de Natal extraordinariamente interessante e aliciante que eu prossigo com os cuidados inerentes a esta proposta que parece que «caiu do céu», mas que tem «pernas para andar». Depois, temos também um outro capítulo interessante que são os apoios às Juntas de Freguesia, para a sede da Malveira já foram abertas as propostas, provisoriamente já estão a ser movimentadas aquelas duas turmas para dois anexos que vamos construir junto da escola EB2,3 da Malveira e naquele sítio onde é a escola vai ser implantada a Junta de Freguesia. Também a da Encarnação, uma vez que há um projecto da iniciativa da Associação de Socorros da Encarnação que é um lar de terceira idade, englobando também a sede da Associação de Socorros, tudo no mesmo edifício. É um projecto privado, não tem nada a ver com a Câmara, mas que eu muito aplaudo. É uma unidade que faz falta e julgo que a Associação está perfeitamente vocacionada para esse fim. De qualquer forma, ao sair e esvaziar o espaço onde hoje se encontra a Associação de Socorros, vamos deitar aquele edifício abaixo e construir a nova sede da Junta de Freguesia da Encarnação, com mais espaço e mais dignidade. Na Azueira é a ampliação da Junta de Freguesia que está prevista, em Mafra é uma sede nova, no tal conceito em que vai haver uma venda em hasta pública dos terrenos e as contrapartidas serão a construção do novo edifício da Junta. No Milharado é concluir e na Ericeira é com estacionamento, que só terá evolução após a construção da Escola EB1, não quer dizer que o projecto não avance e não haja comprometimento municipal. Na questão do saneamento já foi explicado em parte porque é que havia algum atraso nas redes de responsabilidade municipal, não existem consequências no tratamento e o que iríamos fazer era uma concentração sem continuidade. De qualquer forma, estão a decorrer um conjunto de projectos, neste momento já em fase de ultimização, nomeadamente, Sobreiro-Achada, Murgeira-Barreiralva, Chanca-Codeçal, Gradil-Azueira e Baleia-Carvoeira, isto com as respectivas estações de tratamento. São projectos de alguma complexidade, mas que denotam o esforço e a intenção daquilo que, de facto, a Câmara tem feito nos últimos anos. Recordo que em termos de saneamento em dois mil e dois a Câmara investiu um milhão, seiscentos e trinta e sete mil euros, em dois mil e três um milhão e vinte e dois mil euros, em dois mil e quatro um milhão, quinhentos e sessenta mil euros. É evidente que o Concelho é imenso, as dificuldades são muitas, a dispersão populacional e dos aglomerados é fantástica, preocupante direi, a todos os níveis, não só no saneamento, o que quer dizer que cada projecto de saneamento custa milhares de contos. É isto que está reflectido e para o ano temos cerca de um milhão de euros de investimento nestas redes. Depois uma outra situação é também a rede viária, a CRIMA, ressalta-se este projecto também de desconcentração e despenalização do tráfego que circula dentro da vila de Mafra e que tanto nos preocupa. Depois na Mafratlântico, embora não seja responsabilidade directa da Câmara, o segundo troço da auto-estrada entre a ligação nó poente-Mafra-Sobreiro e ligação norte-Parque de Campismo, dois troços municipais englobados no projecto da auto-estrada que está em curso. Em pavimentações generalizadas por todo o Concelho e manutenção e conservação do estado das redes municipais realce para a Venda do Pinheiro-Milharado e Venda do Pinheiro-Charneca-Póvoa da Galega, dois troços grandes que vão ter totalmente repavimentados. Nos Centros de Saúde, nós temos previsto para além do de Mafra e Malveira-Venda do Pinheiro em projectos, a evolução o tempo o dirá se sim ou não em termos construtivos, o da Enxara do

Bispo, que é para estar concluído para o ano, aliás o projecto está praticamente pronto. Em termos de requalificação urbana, realço três obras que são o Parque de Santa Marta, que é participado com sessenta e cinco por cento a fundos comunitários, já foram abertas propostas não sei o montante, o Largo de São Sebastião e o Largo do Seixal." -----

-- O Senhor António Branco apresentou alguns aspectos relativos à estrutura de investimentos e das despesas contempladas nas Grandes Opções do Plano para dois mil e cinco, retirando como conclusões principais as apresentadas no documento que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo acrescentou ainda que "da intervenção proferida agora pelo Partido Socialista surgiram-me algumas dúvidas, não sei se mais alguém poderá ter, nomeadamente da necessidade de construção de uma escola profissional no Concelho de Mafra e outras situações que constaram do discurso do Senhor Presidente, mas que constaram à mesma da intervenção do Partido Socialista como sendo uma necessidade. Isto poderá levar a que no futuro quando for anunciada a questão da escola profissional, escola secundária com via profissional na Venda do Pinheiro e a escola profissional na Encarnação, venham aqui dizer: «nós solicitámos isso na Assembleia Municipal quando se discutiu o Orçamento para dois mil e cinco e agora o PSD vem fazer aquilo que o PS propôs». De facto, já tinha sido anunciado pelo Senhor Presidente, o Senhor representante do Partido Socialista voltou a frisar essa necessidade, é realmente uma preocupação para o Concelho, mas penso que está bem encaminhada essa situação, senão com o investimento municipal, mas também com a participação da Câmara em todo este processo. Isto leva-me a outra questão, eu lembro-me quando se falou no PDM, apresentado pelo Arquitecto Troufa Real, já ele falava na situação de se fazer um túnel que iria sensivelmente desde o «Carlos Simões» até aos Bombeiros Voluntários de Mafra e permitiria, depois, um rearranjo desta zona frontal ao Convento. Não sei se será isso também que o Senhor Branco refere como sendo a proposta do Partido Socialista em concreto para este Orçamento, uma vez que isto já foi discutido há cinco, seis anos atrás pelo Arquitecto Troufa Real. É das tais situações recorrentes, mas que só levantei aqui porque se voltou a falar da questão de rearranjos e do ensino profissional quando o Senhor Presidente já tinha esclarecido essa questão. Do ponto de vista do PSD, há deslizamentos, como falou, de obra, há obras que já deviam estar prontas e só vão estar concluídas em dois mil e cinco, mas nós entendemos isto como um plano a quatro anos. Chegado ao fim desses quatro anos, será feito por todos nós, munícipes em geral, o balanço daquilo que foi prometido há quatro anos atrás, aquando das eleições, e aquilo que foi concluído ao fim desses mesmos quatro anos. É um plano plurianual e, como tal, o investimento e todo o desenvolvimento projectado para o Concelho e que foi prometido aos cidadãos será avaliado por todos em Outubro do próximo ano. Ao dizer-se que as obras vão ser feitas, mas com algum atraso, fico satisfeito por reconhecerem de facto as obras que propomos e que propusemos há três anos atrás vão ser feitas. Ao longo destes últimos três anos a capacidade de execução destes orçamentos municipais está acima dos oitenta por cento, contrariamente a algumas Câmaras. É nesta perspectiva que a bancada do PSD vai aprovar este Orçamento, porque acho que é o culminar destes últimos três anos de projectos que apresentámos aos munícipes e pelo qual obtivemos a maioria." -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto número seis. O ponto foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, vinte e um do PSD, um do PS e um independente, e oito abstenções, sete do PS e uma da CDU. Concluído o período da Ordem do Dia, passou-se ao período reservado à intervenção do público, verificando-se uma inscrição. -----

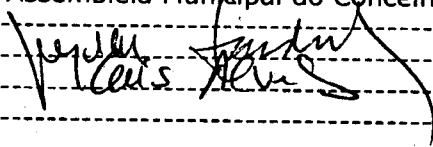
-- O Senhor Francisco Duarte Fernandes referiu que "diz o mestre para o camarada pescador: «temos a maré a descer e tu nunca mais aparecias»; retorquiu o pescador: «pois é, com a leva de mar que está aí e eu a ver a situação, deu-me uma volta de nervos à barriga e eu tive que ir ali às pedras». Escusado será dizer

que o pescador se teve que lavar com água salgada. É evidente que é o que faz falta a muito boa gente, em vez de se lavarem com água de malvas, se se lavasse com água salgada, Senhor Vereador Realista! A entrevista que o Senhor deu à RTP - Regiões, aquando da elaboração e apresentação por mim feita da maquete para o Porto de Pesca da Ericeira, passo a citar: «quando tenho um dente para tirar não vou ao barbeiro, mas sim ao dentista». Perdeu uma rica oportunidade de não dizer o que disse, porque não me apanhou desprevenido. Tanto que não me apanhou desprevenido que na entrevista de sete do dez de dois mil e quatro, no jornal Frenteoeste, eu refiro aqui o seguinte: «Francisco Fernandes está convicto de que as entidades oficiais não irão dar a mínima atenção a um projecto elaborado por um simples construtor naval, porém, essa certeza não o demoveu de construir um projecto alternativo intitulado «o que deveria e o que deverá ser o Porto da Ericeira». Evocando os nossos dizeres, acrescento o seguinte: «não há teoria sem prática, nem prática sem teoria, mas há mais prática sem teoria do que teoria sem prática», ou então quem sabe faz, quem não sabe critica. Desdenhar qualquer operário qualificado é desvalorizar-se a si próprio e aconselho que qualquer necessitar de tirar um dente, cuidado, porque os senhores doutores dentistas também tiram dentes errados. Não estou aqui a «reboque» de ninguém, nem tão pouco sob pressão de quem quer que seja, simples e unicamente sou ericeirense. À Comunicação Social que divulgou o meu trabalho, tais como a RTP, a Rádio do Concelho de Mafra, os jornais regionais da Ericeira, Carrilhão, Mafra Regional e Frenteoeste, o meu agradecimento. Foram cumpridos dois ciclos fundamentais: o da informação e o da livre expressão, como é necessário. Como fui questionado aquando da apresentação da minha maquete, que por mim foi feita, elaborada e estudada, por ser conhecedor de todas as questões relacionadas com o mar, e me foi questionado por diversas pessoas, endereço o meu convite à Assembleia Municipal e deputados, Câmara Municipal e vereadores, a visitarem, se assim o entenderem, a maquete com explicações minhas.» -----

-- Concluído o período de intervenção do público, não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão à uma hora do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e cinco. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: Carlos Jorge dos Reis Esteves, Mário João Acúrcio Vicente e Vítor Manuel da Silva Teixeira. Tendo sido apresentados na Mesa da Assembleia Municipal os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: José Eduardo Nogueira Simões e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís António Ribeiro Alves